

Universidade de Brasília - UnB
Departamento de Economia

DESIGUALDADE DE RENDA E CRESCIMENTO ECONÔMICO NOS BRICS

Giulia Maria Pereira Cavalcanti

Brasília/DF
Dezembro de 2014

Giulia Maria Pereira Cavalcanti

DESIGUALDADE DE RENDA E CRESCIMENTO ECONÔMICO NOS BRICS

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Banca Examinadora:

Professora Doutora Geovana Lorena Bertussi (orientadora)

Professora Doutora Andrea Felipe Cabello

Brasília/ DF

Dezembro de 2014

Giulia Maria Pereira Cavalcanti

DESIGUALDADE DE RENDA E CRESCIMENTO ECONÔMICO NOS BRICS

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em ____ de _____ de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Doutora Geovana Lorena Bertussi

Professora Doutora Andrea Felipe Cabello

Brasília/ DF
Dezembro de 2014

À Deus, à minha família, ao Bruno e à Geovana.

“A falta de amor é a maior de todas as pobrezaas.”

Madre Teresa de Calcutá

RESUMO

O presente trabalho analisa a evolução da desigualdade de renda e do crescimento econômico das cinco economias emergentes que formam os BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul no período de 1960 até anos mais recentes e procurou-se ponderar se a hipótese de U-invertido de Kuznets (1955) é aplicável para esses países. São abordados também os fatores que determinam a trajetória do crescimento e da desigualdade nesses países. Dentro dessa perspectiva, são apresentados as oportunidades e os desafios que esse grupo enfrenta para alcançar o crescimento sustentável, além da recente iniciativa que os BRICS tomaram em instituir um Banco de Desenvolvimento visando mobilizar recursos para um desenvolvimento equilibrado.

Palavras-chave: Desigualdade de renda, crescimento econômico, BRICS, curva de Kuznets, Banco de Desenvolvimento.

ABSTRACT

This paper examines the evolution of income inequality and economic growth of the emerging economies of BRICS: Brazil, Russia, India, China and South Africa from 1690 until recent years and attempted to evaluate the inverted-U hypothesis is applicable to these countries. The factors that determine the trajectory of growth and inequality are also addressed in this study. On this perspective, the opportunities and challenges this group faces in achieving sustainable growth are presented. In addition, it is also presented the recent initiative that BRICS taken to establish a Development Bank to mobilize resources for sustainable development.

Keywords:Income inequality, economic growth, BRICS, Kuznets curve, Development Bank.

SUMÁRIO

1 Introdução	1
2 A teoria do U Invertido de Kuznets	3
3 Crescimento e Desigualdade nos BRICS: resultados empíricos	12
3.1 Brasil	12
3.2 Rússia	18
3.3 Índia	21
3.4 China	24
3.5 África do Sul	28
4 Evolução e determinantes do crescimento econômico e da desigualdade de renda	31
4.1 Brasil	31
4.2 Rússia	39
4.3 Índia	43
4.4 China	47
4.5 África do Sul	52
4.6 Resultados comparativos	57
5 Oportunidades e desafios para os BRICS.....	61
6 Considerações finais	72
7 Referências Bibliográficas	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índice de Gini para o Brasil.....	36
Gráfico 2 - Taxa de crescimento do PIB (%) no Brasil	38
Gráfico 3 - Relação desigualdade-crescimento no Brasil.....	39
Gráfico 4 - Índice de Gini para a Rússia.....	40
Gráfico 5 - Taxa de crescimento do PIB (%) na Rússia	42
Gráfico 6 - Relação desigualdade-crescimento na Rússia.....	43
Gráfico 7 - Índice de Gini para a Índia.....	45
Gráfico 8 - Taxa de crescimento do PIB (%) na Índia	46
Gráfico 9 - Relação desigualdade-crescimento na Índia	47
Gráfico 10 - Índice de Gini para a China	49
Gráfico 11 - Taxa de crescimento do PIB (%) na China.....	51
Gráfico 12 - Relação desigualdade-crescimento na China	52
Gráfico 13 - Índice de Gini para a África do Sul	54
Gráfico 14 - Taxa de crescimento do PIB (%) na África do Sul.....	56
Gráfico 15 - Relação desigualdade-crescimento na África do Sul.....	57
Gráfico 16 - Taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i> (%)	58
Gráfico 17 - Taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i> (%) – a partir da década de 1990	58
Gráfico 18 - Tendência do índice de Gini para os BRICS	59
Gráfico 19 - Mudanças na renda real global.....	60

1 INTRODUÇÃO

A ideia dos BRIC foi desenvolvida, em 2001, por Jim O'Neil, economista da instituição financeira Goldman Sachs, como categoria de análise nos campos econômico-financeiros, empresariais, acadêmicos e de comunicação. A intenção era descrever as quatro grandes economias em desenvolvimento: Brasil, Rússia, Índia e China que, segundo a Goldman Sachs previa, ultrapassaria o G6 (Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Alemanha, França e Itália) em termos de PIB (em US\$) no ano de 2050.

Em 2006, tornou-se, de fato, um agrupamento incorporado à política externa desses quatro países e a partir de 2011, a África do Sul passa a integrar o bloco, tornando-se BRICS, como informa nota do Ministério das Relações Exteriores. Portanto, o BRICS passa a ser mais do que uma sigla que identificava países em ascensão na esfera econômica internacional, o bloco se transformou em uma nova e promissora entidade político-diplomática distinta do conceito original estabelecido para o mercado financeiro.

Para mensurar o crescimento econômico desses países a renda *per capita* é um dos principais indicadores. No entanto, o fato de ser *per capita* apresenta apenas uma parte da situação, uma vez que não é mostrado como a renda é distribuída entre a população. Por exemplo, um aumento da renda *per capita* não constitui, necessariamente, melhora para toda a população. Para obter uma imagem mais ampla do desenvolvimento da economia, a desigualdade de renda deve ser considerada, de acordo com Chan e Kulkarni (2006).

Várias teorias foram desenvolvidas para explicar a distribuição de renda. Simon Kuznets, em 1955¹, elaborou uma teoria em que o crescimento econômico gera a concentração de renda quando ocorre migração de pessoas e recursos do setor agrícola para o setor industrial. Assim, o nível de renda *per capita* e da desigualdade na distribuição de renda pode aumentar inicialmente com o crescimento até atingir um certo nível em que a tendência se inverte, porém apenas no longo prazo.

¹ KUZNETS, S. **Economic growth and income inequality**. *The American Economic Review*, v. 45, n. 1, p. 1-28, 1955.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar a relação entre crescimento econômico e desigualdade na distribuição de renda nas economias emergentes do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul e ponderar se nesses países a teoria de U-invertido desenvolvida por Kuznets é aplicável, já que existe uma certa dificuldade em encontrar estudos que analisem comparativamente esses países no quesito relação desigualdade-crescimento. Além disso, procurou-se identificar alguns fatores que contribuem tanto para o crescimento quanto para a desigualdade de renda em cada país, bem como a evolução dessas variáveis ao longo das últimas décadas.

Este trabalho está dividido em seis capítulos, a contar desta introdução; o segundo descreve a teoria de Kuznets e apresenta alguns trabalhos que analisam essa teoria, confirmando-a ou rejeitando-a; o capítulo seguinte apresenta evidências empíricas sobre a relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda para os BRICS; o quarto foca na evolução do crescimento e da desigualdade nesses países e quais são os fatores determinantes dessa evolução; o quinto aborda perspectivas e projeções para o futuro dos BRICS incluindo informações sobre o novo banco de desenvolvimento constituído por esses países; o último capítulo apresenta as considerações finais, as principais conclusões e limitações do trabalho.

2 A TEORIA DE U INVERTIDO DE KUZNETS

A desigualdade na distribuição de renda se expande ou decresce durante o processo de crescimento econômico de um país? É a partir dessa indagação que Simon Kuznets desenvolve a sua teoria no artigo *“Economic Growth and Income Inequality”*, em 1955. Para que fosse possível responder a questão inicial, se fazia necessário que as condições econômicas e sociais do crescimento já estivessem definidas. Portanto, para a análise, o autor buscou dados dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, no período entre 1929 e 1950, países que na época já eram desenvolvidos.

O modelo considera dois setores, o setor agrícola (A) e o setor não agrícola (B) e supõe que nos primeiros estágios da industrialização, a distribuição de renda era mais desigual no setor B do que no setor A devido a rapidez com que a industrialização e a urbanização se davam. Ocorre, então, migração do setor A para o setor B promovendo uma maior concentração de renda, já que o segundo setor, o industrial, é mais dinâmico e mais rico por causa do efeito acumulativo da desigualdade: a concentração de ativos rentáveis nas mãos dos mais ricos. A concentração inicial está relacionada aos profissionais qualificados que possuíam maiores salários. Com a ampliação dos níveis educacionais, porém, gerou-se um aumento na oferta de mão de obra qualificada diluindo a concentração.

De acordo ainda com Kuznets (1955), os efeitos que o crescimento exerce sobre a desigualdade podem ser contrabalanceados por certos fatores como interferências legislativas e decisões políticas por meio de impostos ou restrições legais, fator demográfico, isto é, as taxas de crescimento populacional é diferente entre ricos e pobres, já que o controle familiar se deu primeiro naquele, a dinâmica de uma economia com oportunidades individuais, avanço tecnológico e crescimento das indústrias mais jovens e por último o setor de serviços que se expande vertiginosamente durante o processo de crescimento e favorece os menos abastados. Isso indica que não somente os fatores econômicos são determinantes para essa relação.

Apesar da escassez de provas empíricas que tornem mais sólida a conclusão a que chegou Kuznets, o autor acredita que a redução da desigualdade de renda nos países desenvolvidos é relativamente recente e

provavelmente não foi uma característica das primeiras etapas de desenvolvimento. Os indícios revelam que a oscilação na desigualdade de renda se dá da seguinte forma: existe desigualdade nos estágios iniciais quando a transição da sociedade pré-industrial para industrial era mais rápida, se estabilizando por um tempo e posteriormente ocorre uma queda da desigualdade nas fases finais. Analisando graficamente essa ideia encontra-se a curva de U-invertido ou Curva de Kuznets.

A importância da experiência dos países desenvolvidos para os países subdesenvolvidos é um ponto destacado por Kuznets. Ainda que de forma restrita, os dados para essa análise foram das distribuições de renda familiar de três países que entre 1948 a 1950 eram considerados subdesenvolvidos: Índia, Ceilão (Sri Lanka atualmente) e Porto Rico. O resultado aponta que a distribuição de renda nestes países é ainda mais desigual que nos países desenvolvidos no período posterior à II Guerra Mundial. É notável que essa comparação foi realizada com as rendas antes dos impostos diretos e excluindo os benefícios do Governo, caso fossem contabilizados, a desigualdade seria ainda maior. Por fim, Kuznets deixa a questão se esse comportamento é um padrão repetido para os países que estão no limiar do desenvolvimento.

Reexaminando as bases empíricas da hipótese de Kuznets, Ahluwalia (1976) realizou um estudo utilizando dados de *cross-section* para 62 países, incluindo países desenvolvidos e países socialistas. Como um primeiro passo, destaca que é preciso diferenciar os dois tipos dessa relação de crescimento econômico e desigualdade de renda, uma relação de longo prazo, a qual Kuznets faz referência e uma relação de curto prazo que sugere que um alto crescimento causa elevação da desigualdade. Foram realizados testes para as duas opções, sendo que para o longo prazo usou-se o PNB *per capita* e para o curto prazo a taxa de crescimento do PIB dos últimos dez anos e para ambos, a renda foi dividida por grupos de concentração.

Os resultados confirmam uma relação estatisticamente significativa entre os vários grupos de concentração e o PNB *per capita*, sendo essa relação não monotônica. Esta formulação gera o padrão no formato de U: a parcela de renda dos grupos de renda mais baixas (entre 60% e 40%), primeiramente, declina e depois sobe com o aumento do PNB *per capita*, enquanto a parcela de renda do grupo de renda superior (20%) descreve o padrão oposto. A relação entre

desigualdade de PNB *per capita*, no longo prazo pode ser observada da seguinte forma: um dos mecanismos que causa um relativo aumento da desigualdade nos primeiros estágios do desenvolvimento é a mudança da população de baixa renda, baixo crescimento e setores tradicionais para os setores modernos de alta renda e rápido crescimento. Um fator que pode reverter esse processo de aumento da desigualdade nos estágios mais avançados de desenvolvimento é a expansão do setor moderno que absorverá maiores proporções da força de trabalho em empregos de renda mais alta, reduzindo assim a pressão da população nos setores tradicionais e estreitando a diferença de renda entre os setores.

Além disso, o autor não encontra evidências de uma relação independente de curto prazo entre o nível de desigualdade e da taxa de crescimento do PIB. Os resultados sugerem que embora possa haver um caminho de desigualdade que os países desenvolvidos devem atravessar e que contém uma fase de aumento da desigualdade, não há evidências de que os países de rápido crescimento apresentem alta desigualdade no mesmo nível de desenvolvimento que os países de crescimento mais lento. Se isso for verdade, os políticos são, talvez, melhor aconselhados a pensar na taxa de crescimento como um mecanismo essencialmente para determinar a velocidade de transição entre as diferentes fases do desenvolvimento e da desigualdade.

Em relação aos fatos que afetam essa relação, Ahluwalia (1976) continua em harmonia com as ideias de Kuznets. Seus achados foram que um incremento na qualificação humana reduz a desigualdade, o fator demográfico é importante já que uma maior taxa de crescimento da população gera provavelmente um aumento da desigualdade, mudanças na estrutura do processo produtivo também são relevantes e por fim, os países socialistas apresentam maior igualdade que os outros.

Galor e Tsiddon (1995) desenvolvem um modelo de equilíbrio geral em que a evolução da desigualdade e da produção está de acordo com a curva de Kuznets. É apresentado, então, um mecanismo endógeno singular de U invertido que relaciona desigualdade de renda e produção *per capita*. Esse mecanismo está baseado nas imperfeições do mercado de capital e é consistente com a hipótese de U invertido e com os padrões das diferenças salariais de mão de obra qualificada e não qualificada ao longo do processo de desenvolvimento.

Os autores concluem que uma economia relativamente pobre que valoriza igualdade e riqueza na mesma proporção pode enfrentar o *trade-off* entre igualdade no curto prazo e riqueza no longo prazo. Pode ser que haja investimento em educação para um grupo seletivo que, em última análise, gere externalidades suficientes para levar a sociedade a um estágio de equidade e riqueza. Numa economia fechada, quanto mais cresce o investimento em capital humano daqueles que são mais educados, maior é a renda, a poupança e a formação de capital, o que gera no curto prazo um aumento da desigualdade. Observando essa situação, os menos educados são incentivados a investir em capital humano e por isso, no longo prazo, a renda irá aumentar e diminuir a desigualdade e é esse efeito que cria os mecanismos que causam a distribuição de renda e o crescimento da produção que seguem a hipótese de Kuznets.

Defendem também a ideia de Kuznets, Acemoglu e Robinson (2002) ao argumentarem que fatores políticos e as transformações institucionais do ocidente são cruciais para o entendimento dos padrões da desigualdade e que a queda desta será o resultado de mudanças políticas por meio da mobilização das massas populares, ou seja, uma revolução. Se não há tributação redistributiva, não há curva de Kuznets e a desigualdade está sempre crescendo. No caso de haver uma revolução, existem duas possibilidades: se só os ricos acumulam riqueza a economia converge para um crescimento da desigualdade, porém se todos acumulam riqueza, há uma queda da desigualdade.

Na análise feita, os dados referentes a Europa Ocidental estão de acordo com a teoria de Kuznets, porém o Leste Asiático e a América Latina não seguem esse padrão. Além disso, os países do Leste Europeu que passaram do socialismo para o capitalismo apresentam aumento na desigualdade no processo de crescimento.

Para explicar a transformação que as economias passaram, os autores atribuem aos fatores políticos e mobilização das massas a redução da desigualdade. Devido à industrialização, os mais pobres passaram a se concentrar nos centros urbanos causando uma certa agitação social, obrigando a elite a tomar medidas que melhorassem as condições dessas pessoas. Portanto, a industrialização, em um primeiro momento, induz o crescimento da desigualdade, porém, com a revolução, leva a mudanças nas políticas redistributivas.

Por fim, as evidências históricas e atuais sugerem que a queda na desigualdade de renda concomitante com a elevação do crescimento econômico se dão por reformas políticas induzidas por tensões sociais e seus impactos. E a democracia é muito importante nesse processo, já que a liberdade política é o objetivo e é muito valorizada.

Usando educação como fator de análise, Rehme (2007) constrói um modelo em que a mesma influencia simultaneamente crescimento e desigualdade de renda. O governo provê a educação e a financia por meio de imposto sobre renda dos indivíduos. A fonte de desigualdade de renda encontra-se no processo de produção, porque os indivíduos de alta e de baixa qualificação são substitutos imperfeitos na produção. No equilíbrio, o crescimento é positivamente relacionado ao capital humano até um certo ponto, desde que o governo tire recursos do setor privado, a fim de financiar a educação, o que desencoraja o investimento e reduz o crescimento, por outro lado, incentiva mais pessoas altamente especializadas a exercer um efeito positivo sobre a produção. Para um crescimento elevado, os impostos e o número de pessoas altamente qualificados não devem ser altos. Assim, há uma relação em forma de U-invertido entre crescimento e educação.

O coeficiente de Gini revela que o aumento do número de pessoas altamente qualificadas primeiro aumenta e depois diminui a desigualdade medida por salários e rendimentos pessoais. Assim, há também uma relação em forma de U-invertido entre desigualdade e educação. A não linearidade dessas relações implica que importa para as análises empíricas onde cada função atinge seu ponto máximo.

Se um aumento na educação é considerado como um processo de desenvolvimento, o modelo prevê que, nos primeiros estágios de desenvolvimento quando poucas pessoas são educadas, há crescimento, mas também a desigualdade aumentaria quando aumenta a educação. Depois há uma fase em que desigualdade aumenta ou diminui e o crescimento diminui ou aumenta, para essa determinação é necessário conhecer as tecnologias de produção e educação e o nível de educação. Finalmente, quando há educação abundante tanto desigualdade e crescimento declinam quanto aumenta o número de pessoas qualificadas.

Rehme (2007) conclui que a relação depende do nível de capital humano, bem como dos parâmetros estruturais de tecnologia, de educação e produção, ou seja, a determinação destes pode ser crucial quando se analisa a relação desigualdade-crescimento. As diferenças no nível de escolaridade no tempo ou entre os países podem ser devidas a vários fatores, como a política, a história, as condições do mercado de trabalho, bens de capital físico e humano usados na educação, leis, financiamento escolar, etc. Além disso, as diferenças também podem refletir diferentes condições de demanda.

Discordando dos autores anteriores, Saint-Paul e Verdier (1993) ao mostrar que não há necessariamente uma relação negativa entre crescimento, democracia e redistribuição, utilizada na forma de educação pública determinada por um equilíbrio político, sugerem que a desigualdade de renda vem da diferença na forma da dotação do capital humano que pode ser por meio da educação pública ou herança dos pais. Por causa do aspecto igualitário da educação pública e da persistência de seus efeitos por meio do capital humano, há uma tendência à homogeneização das rendas: os mais pobres verão seu estoque de capital humano crescer mais rápido do que a economia e o contrário ocorrerá para os mais ricos.

Os autores deixam claro que a democratização e a extensão dos direitos políticos produzem uma maior redistribuição de renda e um gasto maior com educação pública. E concluem que nas sociedades democráticas, o aumento da desigualdade pode ser bom para o crescimento, desde que haja um incentivo maior para a educação pública. Essa análise é consistente com as observações das democracias ocidentais, que tem crescimento sustentado associado com diminuição de desigualdade e aumento dos direitos políticos. A democracia longe de ser um fator de estagnação, tem contribuído para o crescimento e para educação.

Alesina e Rodrik (1994) consideram uma economia com dois grupos de indivíduos, os capitalistas e os trabalhadores. O problema do Governo está em decidir a taxa de tributação e a taxa de transferências para os trabalhadores no intuito de maximizar o bem-estar de ambos. Nas sociedades em que a desigualdade é grande, o eleitor mediano opta pelo candidato que propõe um Estado intervencionista, que cobre mais impostos e realize políticas distributivas. Isso acarreta em redução do crescimento econômico pelas distorções causadas

por tais políticas. Quando as sociedades são mais igualitárias, o processo é exatamente o oposto, o eleitor mediano prefere a proposta de redução do papel do Estado, diminuição dos impostos, implicando num maior potencial de crescimento econômico.

Nesse caso, existe, de fato, um trade off entre crescimento econômico e desigualdade. E a correlação que os autores acharam analisando os dados entre 1960 e 1985 para vários países desenvolvidos e subdesenvolvidos é negativa, ou seja, quanto mais desigual for uma sociedade, menor é o crescimento. Ao utilizar os dados para comparar regimes democráticos e não democráticos, encontram que nas democracias quanto mais igual for a distribuição de renda mais rápido é o crescimento econômico.

Mendes (2013) apresenta diversas teorias que relacionam desigualdade de renda e crescimento econômico, tanto do ponto de vista de correlação negativa quanto positiva, afim de compará-las. O ponto central é analisá-las para países de baixa e média renda no longo prazo e para isso inicia indagando se o Brasil, África do Sul ou Uganda fossem menos desiguais teriam alcançados níveis mais elevados de renda *per capita*; se após a ruína do comunismo, a concentração de riqueza na Rússia teria afetado o crescimento no longo prazo; se a grande concentração de renda e o rápido crescimento chinês indica que desigualdade estimula crescimento e se a distribuição de renda foi importante para o milagre econômico da Coreia do Sul e Taiwan.

A maioria das teorias aponta para uma relação desigualdade-crescimento positiva justificada por dois fatores: poupança, já que os ricos poupam mais que os pobres e a concentração de renda implica altos níveis de poupança gerando mais investimentos que leva a uma maior taxa de crescimento; e incentivos, o capitalismo gera desigualdades e pessoas com desempenho melhor ganham maiores recompensas, dessa forma, os incentivos fazem com que as pessoas trabalhem e produzam mais.

Usando dados longitudinais para diversos países de renda baixa e média do trabalho de Denninger e Squire de 1996, Mendes (2013) apresenta o resultado de que os países comunistas eram mais igualitários que os capitalistas no início da série e que apesar de se manterem assim a diferença entre eles diminui indicando que as economias comunistas estão em direção a um padrão capitalista de concentração de renda.

Analisando a China, o autor aponta que é provavelmente o mais bem sucedido caso de crescimento econômico entre 1988 e 2003 quando o índice de Gini aumentou substancialmente significando que houve uma brusca elevação da desigualdade, ao mesmo tempo que aumentou a renda *per capita*. Indicando, portanto, uma relação positiva entre desigualdade e crescimento. Porém, contrariando esse padrão, os países capitalistas que apresentam uma maior concentração de renda no passado têm uma renda *per capita* menor no presente.

Mendes (2013) descreve e explica detalhadamente diversos fatores que afetam crescimento e/ou desigualdade, interagindo com artigos de outros autores. Primeiro, afirma que o governo pode exercer efeitos opostos sobre o crescimento: instigar o crescimento por prover bens públicos produtivos e prejudica-lo tributando a renda dos grupos mais abastados, o que pode levar os mesmos a reduzir investimentos e aumentar consumo reduzindo, portanto, o crescimento. A justificativa para tributar é que os políticos buscando se eleger ou reeleger tendem a preferir as escolhas do eleitor mediano. E como as sociedades mais desiguais apresentam um elevado número de pessoas pobres, o eleitor mediano é pobre e tem preferência por redistribuição ao invés de crescimento. Essa distribuição contrária aos ricos, em que há transferência desses para os pobres, é chamada de redistribuição Robin Hood. Caso o governo decida por utilizar o déficit público para financiar as despesas dessa redistribuição, ocorrerá uma redução da poupança pública. Essa situação é muito comum em economias latino-americanas, em que as políticas macroeconômicas populistas tendem a incidir em altíssimos déficits públicos.

Existe a redistribuição oposta à de Robin Hood, a redistribuição King John. Nas sociedades mais desiguais, existe uma grande chance dos sistemas jurídico, político e regulatório não coíberem a capacidade dos mais ricos de tirar vantagens, por exemplo, a formação de cartéis, desrespeito de leis, tráfico de influências, etc. Nelas, as normas e leis e os direitos de propriedade tendem a ser fracos. Daí, o crescimento pode ser limitado por fatores como concentração de investimentos nas mãos de pessoas que não necessariamente são as mais eficientes, desperdício de tempo e recursos com disputas por riquezas e o governo, ao invés de prover bens públicos que são essenciais para o crescimento, serve como instrumento para transferir renda a grupos

privilegiados. E isso pode provocar um ciclo vicioso em que a desigualdade gera instituições fracas, favoráveis aos mais ricos, que reforçam a desigualdade por meio da concentração de renda, investimentos, capital humano, acesso ao crédito e poder.

Outro fator apontado pelo autor é o mercado de crédito. A relação desigualdade-crescimento pode ser explicada da seguinte forma: os pobres não têm o que oferecer como garantia ao requisitar um empréstimo, limitando o seu acesso, o que pode restringir as opções profissionais e a mobilidade social já que prejudica a vida dos seus descendentes. Por conseguinte, economias que inicialmente possuem o mesmo nível de renda, preferências e tecnologias, mas que diferem na quantidade de pessoas com restrição ao crédito podem atingir níveis de renda diferentes e quanto maior a proporção de indivíduos restritos ao crédito maiores são as dificuldades para crescer.

A volatilidade é apontada como outro fator. Se um país é incapaz de sustentar o crescimento por longos períodos e por isso o processo é de *stop-and-go*, existe uma extrema dificuldade em obter altos níveis de renda *per capita*. Comparando a renda real *per capita* do Canadá e Estados Unidos (países desenvolvidos) e Brasil e África do Sul (países de renda média) no período de 1950 a 2010, observa-se que o primeiro grupo apresenta um processo suave de crescimento enquanto o outro mostra um trajeto turbulento: o Brasil teve crescimento acelerado entre as décadas de 50 a 80 e depois estagnou, a África do Sul cresceu intensamente até a década de 80, caindo na década seguinte e se recuperando posteriormente.

3 CRESCIMENTO E DESIGUALDADE NOS BRICS: RESULTADOS EMPÍRICOS

Neste capítulo serão apresentados alguns trabalhos empíricos sobre a relação desigualdade-crescimento para os 5 países selecionados: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Com exceção da África do Sul, todos os países apresentam trabalhos empíricos sobre a Curva de Kuznets. Uma limitação comum entre maioria dos trabalhos é a escassez de dados sobre desigualdade.

3.1 BRASIL

A evolução histórica da economia brasileira é a base para o debate sobre a relação entre equidade e eficiência, segundo Moreira, Braga e Toyoshima (2010). O processo de desenvolvimento manteve a tendência de concentração de recursos e de dependência externa. Por conta disso, apesar da industrialização e das elevadas taxas de crescimento nas décadas de 1950, 1960 e 1970 que o Brasil experimentou, os índices de desigualdade evidenciaram uma importante deterioração. Essa situação se deve à priorização dos resultados de eficiência, colocando os efeitos de equidade em segundo plano, causando graves questões estruturais e disparidades na distribuição de renda tanto entre setores como entre regiões.

Com o Plano Real, na década de 1990, foi possível alcançar a estabilização inflacionária, porém às custas de elevadas taxas de desemprego, ainda segundo Moreira, Braga e Toyoshima (2010). O desemprego se expandiu de maneira inédita e por isso era esperada um consequente aumento da desigualdade. Porém, o que ocorreu foi uma certa estabilização da desigualdade, com leve tendência de queda que pode ser explicada pela eliminação da pressão inflacionária sentida pela população mais pobre. Assim, foi devolvido o poder de compra dessa classe, o que acabou compensando o aumento do desemprego para não haver aumento da desigualdade, como aponta Coelho (2007).

Na década seguinte, os programas sociais se ampliaram no governo Lula causando redução dos índices de concentração de renda e alívio da pobreza. No entanto, não foi em montante suficiente para uma transformação estrutural capaz de repor a dívida social do país, segundo os autores. O foco das políticas

econômicas continua nos interesses de mercado em detrimento das reformas estruturais que são essenciais para o processo de crescimento sustentável.

Ao estudar a relação desigualdade-crescimento, Bagolin, Gabe e Ribeiro (2002) verificam a existência da Curva de Kuznets para os municípios do Rio Grande do Sul e propõem uma metodologia empírica usando dados de painel que leva em consideração o processo dinâmico da evolução da desigualdade nos municípios e especificidades históricas de desigualdade-renda.

Os dados utilizados são referentes aos anos de 1970, 1980 e 1991, a medida de crescimento é a renda *per capita* em salários mínimos de setembro de 1991 e a medida de desigualdade é o L-Theil². Dois painéis foram estimados, o primeiro contempla os dados em conjunto de todos os anos para todos os municípios, e no segundo, os *outliers*, municípios que apresentam renda *per capita* muito acima da média, são excluídos.

Quando o estimador usado foi de efeitos fixos, os coeficientes obtidos são significantes e de acordo com o padrão de U-invertido confirmando a hipótese de Kuznets. Usando efeitos aleatórios, os coeficientes são significantes e próximos em magnitude ao modelo anterior. Para verificar qual o melhor estimador foi realizado o teste de Hausman que concluiu que o melhor seria o de efeitos fixos.

No intuito de comparar com outras literaturas, realizaram modelos *cross-section* e concluíram que somente o ano de 1970 confirma a hipótese de Kuznets. Em 1980, não foi encontrada relação estatística entre crescimento e desigualdade e em 1991, a relação é negativa, porém quando são excluídos os *outliers*, a estimativa para 1991 apresenta a forma de U-invertido.

Os autores concluem que o padrão de U-invertido é válido para representar a relação desigualdade-crescimento para os municípios gaúchos mesmo que cada um possua trajetórias específicas dadas suas características físicas, históricas e econômicas.

² De acordo com Ramos (1990a), os índices de desigualdade de Theil (T e L) são definidos como $T = \left(\frac{1}{N}\right) \sum_{i=1}^N \left(\frac{Y_i}{\mu}\right) \log\left(\frac{Y_i}{\mu}\right)$ e $L = \left(\frac{1}{N}\right) \sum_{i=1}^N \left(\log\frac{\mu}{Y_i}\right)$ em que Y_i é o rendimento de cada indivíduo, μ é a renda média da população e N é o tamanho da população. O L Theil tem maior sensibilidade a alterações na cauda inferior da distribuição e um menor grau de dificuldade nos cálculos quando comparado com o T Theil.

Para os municípios de Minas Gerais, Salvato *et al* (2006), comparam estimações de *cross-section* e dados de painel para analisar a relação desigualdade-crescimento. Os dados referentes aos 853 municípios mineiros para os anos de 1991 e 2000 são a renda municipal *per capita* mensal e os índices de Gini e L-Theil.

Foram estimados 4 modelos: dois utilizam como medida de desigualdade o índice de Gini, sendo um para cada ano, e os outros dois utilizam o L-Theil, um para cada ano. Para o ano de 1991, os parâmetros satisfazem as condições necessárias para validar o formato de U-invertido, portanto, a relação desigualdade-crescimento para os municípios mineiros neste período se dá da seguinte forma: a desigualdade aumenta junto com o crescimento dos municípios até um *turning-point* em que essa relação se inverte e a desigualdade se reduz, isto é, apresenta a Curva de Kuznets.

Essa evidência, no entanto, não foi encontrada para o ano de 2000. Neste período, em um primeiro momento, a desigualdade diminui com o crescimento e depois torna a crescer formando um “U regular”. Dois problemas podem se destacar nessa estimação, a renda não é capaz de explicar a variação da desigualdade e existe instabilidade na relação ao longo do tempo. Por isso, os autores passam para a análise em painel.

A estimação feita por efeitos fixos está de acordo com a hipótese de Kuznets, porém quando feita por efeitos aleatórios, a hipótese é rejeitada. Para decidir qual a melhor estimação, assim como no trabalho de Bagolin, Gabe e Ribeiro (2003), foi realizado o teste de Hausman e a melhor abordagem é por efeitos fixos. O resultado encontrado está, então, corroborando com a teoria de Kuznets e para o período 1991/2000, a desigualdade de renda dos municípios de Minas Gerais aumenta enquanto há crescimento econômico nas fases iniciais e num momento posterior de crescimento, ela decresce.

Jacinto e Tejada (2009) analisam a hipótese de Kuznets para os municípios da região Nordeste. Primeiramente, discutem que tal verificação deveria ser feita por meio do estudo individual de cada município ao longo do tempo, mas não existem informações suficientes para construir séries longas de índices de desigualdade e renda *per capita* e por isso, decidem usar dados de *cross section*, dados *pooled cross-section* e painel de dados baseado na forma

reduzida de Ahluwalia (1976) para comparar os diferentes estágios de desenvolvimento e analisar a sua evolução.

Foram utilizados dos dados de renda *per capita*, em salários mínimos de setembro de 1991, e índice L-Theil como medida de desigualdade para os 1375 municípios referentes aos anos de 1970, 1980 e 1991. Inicialmente foram realizadas investigações com o uso de *cross-section* e em seguida, para tornar os resultados comparáveis com a literatura existente, estimam um modelo *pooled* e um painel por meio dos estimadores de efeitos fixos e efeitos aleatórios.

Os resultados para o modelo de *cross-section* demonstram que para o ano de 1991, os coeficientes sugerem a existência da curva de U-invertido, porém para os anos de 1970 e 1980, alguns coeficientes não foram significativos. Para o modelo *pooled* todos os coeficientes atendem as condições necessárias para o padrão de U-invertido. Utilizando dados de painel, tanto efeitos fixos como efeitos aleatórios apresentam coeficientes significantes e de acordo com a curva de Kuznets, porém, é necessário verificar qual o procedimento mais adequado e mais uma vez, o teste de Hausman é realizado e eleito o estimador por efeitos fixos. Portanto, a evidência da Curva de Kuznets para a região Nordeste do Brasil é válida.

Generalizando para o Brasil a aplicabilidade da hipótese de Kuznets, Faria *et al.* (2010) analisam a relação desigualdade-crescimento para o período entre 1976 e 2007 usando como medidas os índices de Gini e T-Theil e renda domiciliar *per capita* (R\$ 2002). O modelo utilizado é baseado no modelo descrito em Ahluwalia (1976).

O primeiro teste usou como medida de desigualdade o T-Theil e foi constatada a presença de autocorrelação. Para corrigir esse problema foi utilizado o método autorregressivo de primeira ordem AR(1). Depois foi realizado outro teste para o índice de Gini. Em ambos os testes, os resultados foram os mesmos: à medida que a renda *per capita* aumenta, isto é, ocorre crescimento econômico, a desigualdade de renda se move na mesma direção até atingir um *turning point* em que passa a sofrer sucessivas reduções.

Conclui-se que por todas as evidências relacionadas e o fato do exercício econométrico ter sido testado e verificado para dois índices de desigualdade conferindo maior relevância e segurança aos resultados, é possível afirmar que o comportamento da relação desigualdade-crescimento no Brasil ao longo do

período 1976-2007 segue o padrão de U-invertido e está de perfeito acordo com a hipótese de Kuznets.

Em um intervalo de tempo mais curto, Barros e Gomes (2008) investigam a validade da hipótese de Kuznets para os anos de 1991 e 2000. Foram utilizados métodos paramétricos de estimação e análises de robustez devido ao uso de diversas formas funcionais. Os dados referentes aos 5.507 municípios são os índices de Gini e L-Theil, como medidas de desigualdade e como medidas de crescimento a renda *per capita* e a razão entre população urbana e população total, que serve como *proxy* da migração rural-urbana, já que o argumento de Kuznets é derivado dessa migração.

O modelo utilizado pelos autores, dados de painel, possui três formas distintas de estimação: mínimos quadrados, efeitos fixos e efeitos aleatórios. Para decidir entre os dois últimos qual a melhor maneira para estimação, foi realizado o teste de Hausman que determina os efeitos fixos como melhor abordagem. As equações foram formadas de modo a relacionar uma medida de desigualdade e uma de crescimento para cada ano.

Os testes obtiveram resultados contraditórios, ou seja, alguns validam a hipótese e outros não e mesmo os que não rejeitam a hipótese não possuem alto poder explicativo. Isso quer dizer que há pouca evidência a favor da hipótese e por isso a ideia de Kuznets é limitada para explicar a desigualdade nos municípios brasileiros.

Empregando o mesmo intervalo de tempo que o trabalho anterior de Barros e Gomes, 1991 e 2000, e apenas o índice de Gini e renda *per capita* expressa em termos reais de primeiro de agosto de 2000 como medidas de desigualdade e crescimento, respectivamente, Figueiredo *et al.* (2011) verificam a hipótese de Kuznets para o Brasil. Porém, valem-se tanto de estimações paramétricas, teste de especificações quantílicas desenvolvido por Racine (2006), como de estimações não-paramétricas, estimação B-splines proposto por Koenker *et al.* (1994). Posteriormente, é realizado um teste de razão de verossimilhança para determinar qual das duas estimações é a melhor e atestar a robustez dos resultados.

Consideram que a vantagem do segundo método está no fato de “permitir que os dados falem por si mesmos”. O procedimento pode ser considerado como uma fase final da análise dos dados ou um degrau para a confirmação da

hipótese de Kuznets. Os resultados dessa estimação apontam para uma relação de U-invertido entre desigualdade e crescimento. Para os modelos paramétricos, as condições necessárias para o padrão de U-invertido são atendidas, ou seja, os resultados sugerem a existência de uma curva de U-invertido validando a hipótese de Kuznets.

Por fim, visando comparar as estimações paramétricas e não-paramétricas, foi realizado um teste da razão de verossimilhança desenvolvido por Fan *et al.* (2001) e notou-se que o modelo não-paramétrico é superior ao outro e a hipótese de Kuznets é válida para os municípios brasileiros. Percebe-se que esse resultado contradiz o trabalho de Barros e Gomes (2008) para o mesmo período de tempo.

Taques e Mazzutti (2009) analisam a evidência da curva de Kuznets para o Brasil para o período de 1995-2005 e consideram todos os Estados inclusive o Distrito Federal. As medidas de desigualdade são os índices de Gini e L-Theil e de crescimento a renda *per capita* em valores de agosto de 2000 e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o que é um diferencial em relação aos outros trabalhos. Este índice, por considerar educação, longevidade e renda, foi proposto pela necessidade de adotar algum critério que distribísse os estados em grupos, o que torna mais precisa a verificação da hipótese. No grupo de alto IDH estão o Distrito Federal, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, os demais estados são considerados como IDH médio.

O procedimento econométrico realizado é de dados de painel, com estimação feitas por meio de dados agrupados, efeitos fixos, efeitos aleatórios e primeira diferença. Para garantir maior robustez aos modelos, além da divisão em grupos de IDH alto e IDH médio, optou-se por usar também os logaritmos neperianos (Ln) dos indicadores de desigualdade de renda.

As evidências empíricas encontradas rejeitam a hipótese de Kuznets. Os modelos que consideram o índice de Gini apresentam o formato de U regular, resultado análogo quando se utiliza o Ln do mesmo índice. Considerando o L-Theil e seu Ln os resultados apresentam o padrão de U-invertido, porém os coeficientes de ambos os modelos não são significantes estatisticamente.

Resumidamente, o Brasil apresentou elevadas taxas de crescimento até o início da década de 1980, em que passou por um período econômico turbulento de alta inflação e outros desequilíbrios internos e externos. A estabilidade

econômica alcançada após o Plano Real, em 1994, tornou possível uma leve recuperação do crescimento. As taxas não eram negativas, mas eram baixas. Esse processo foi acompanhado pelo aumento da desigualdade. A reversão desse quadro de desigualdade foi apresentada em meados dos anos 2000 com o crescimento da renda dos mais pobres mais rápido que o dos mais ricos e com os programas sociais que visavam melhorar a distribuição de renda.

3.2 RÚSSIA

A Rússia contemporânea é um caos, segundo Vorobyov e Zhukov (2000). Isso se deve à desintegração do Império, às crises demográficas, à degeneração do antigo sistema econômico, à descentralização política e econômica e ao rápido crescimento da desigualdade. As transformações institucionais e sociais causaram uma ruptura na sociedade soviética quase igualitária. Isso pode ser notado pela grande diferença nos níveis de renda *per capita*. Em 1992-1993, a renda de um terço da população russa era abaixo do nível mínimo de subsistência. Nos anos seguintes, até metade de 1998, essa parcela diminuiu para um quarto, porém, após o colapso de 1998, houve um aumento significativo dessa parcela chegando a 38,2% em Janeiro de 1999.

Os autores apontam que a transição da Rússia é acompanhada de uma profunda divisão da economia e da sociedade em dois setores distintos. O primeiro é o setor global, agrupa as atividades que ganharam ou perderam menos com a reestruturação e participam com sucesso da economia mundial. O outro é o setor de degeneração, não funciona de acordo com os novos preços e demandas. E o crescimento desse dualismo da economia implica em desigualdade na distribuição de renda.

As diferenças de renda e bem-estar da população do segundo grupo são apenas uma parte do problema, avaliam os autores. A outra parte fica por conta dos lucros gerados no primeiro setor serem transferidos para fora do país devido à abertura econômica e à dolarização, além da falta de controle público sobre os fluxos de recursos físicos e capital. Sob essas circunstâncias, a classe dominante pós-soviética está mais propícia a acumular riqueza fora do sistema bancário nacional.

Os autores afirmam que o aumento temporário dos preços mundiais de petróleo e dos metais em 1995 a 1997 freou o aumento da desigualdade. Além disso, a valorização da moeda nacional, o rublo, salários nominais mais altos e entradas de divisas estabilizaram a situação econômica temporariamente. O colapso de 1998, no entanto, arruinou o frágil regime de crescimento econômico e a tranquilidade social. A organização industrial soviética foi destruída e um sistema de mercado não foi criado. A economia russa passa a viver um ciclo vicioso.

Sheviakov e Kiruta (2001) subdividem a desigualdade agregada em “desigualdade normal”, quando há eliminação da pobreza e em “desigualdade em excesso” (relacionada à pobreza), ou seja, o excesso relativo da desigualdade sobre a desigualdade normal. Definido isso, apontam que a elevada desigualdade em toda a Rússia é devida ao excesso de desigualdade causado pela pobreza extensiva. A explicação econômica para as diferenças inter-regionais da desigualdade geral é obtida apenas quando se considera essas duas subdivisões da desigualdade.

A produtividade varia bastante entre as regiões da Rússia e esse fato torna possível uma análise da hipótese de Kuznets. Utilizando dados de despesas e rendas da *Family Budget Survey* (FBS) e também da *Russian Longitudinal Monitoring Survey* (RLMS), para os anos de 1994 a 1997, os autores fazem uma análise de *cross-section* e rejeitam a hipótese. A falha da hipótese é explicada pela variação oposta na desigualdade normal e no excesso de desigualdade, que dependem não só do desempenho econômico, mas também de fatores de ajustes como desemprego, mão de obra disponível, salários, parcela da população economicamente ativa, rendimentos e lucros.

Tanto a desigualdade normal quanto o excesso de desigualdade mostram uma relação forte e robusta com o nível de desempenho econômico, mas sob variações deste, as desigualdades variam em direções opostas de tal forma que a desigualdade geral não dependa desse nível e depende fracamente de outros fatores macroeconômicos. Por conta disso, os autores desenvolvem uma outra maneira de olhar o comportamento da desigualdade sob a ótica da relação da mesma com o crescimento econômico, reformulando a hipótese de Kuznets em *cross-section* e ao longo do tempo, de uma maneira mais adequada.

Durante a transição na Rússia, houve três ciclos de movimentos da desigualdade, apontam os autores. No primeiro, após o choque de 1992, a pobreza caiu, enquanto que em condições de alta inflação, a desigualdade aumentou: esse é o processo de formação da nova classe de renda mais alta. O pico da desigualdade, em 1994, está relacionado com as despesas do governo, quando o déficit orçamentário foi o maior em todos os anos da reforma. O segundo ciclo está relacionado com orçamento e política monetária restritivos, que aumentaram a pobreza até seu pico em 1996 e reduziram a desigualdade em 1995 com subsequente aumento, porém lento, em 1996-1997. O terceiro ciclo foi após 1998, em que tanto pobreza quanto desigualdade cresceram.

A nova hipótese criada por Sheviakov e Kiruta (2001) explica que a falha da hipótese de Kuznets se dá pela maneira de mensurar desigualdade pela pobreza e desigualdade normal. O comportamento da desigualdade é mais complexo, pois é afetado por vários choques exógenos e endógenos. No caso da Rússia, sob quase permanente redução do PIB, foi observado que ao longo do tempo a desigualdade cresce e a pobreza diminui após os choques. A adaptação da economia após as crises com o aumento da produção surpreende com o rápido retorno da desigualdade e sua tendência a crescer.

As principais conclusões dos autores são que o baixo nível de renda *per capita* não diminui a desigualdade, mas agrava a pobreza de tal forma que a desigualdade permanece alta; o aumento do padrão de vida não diminui a desigualdade geral, mas reduz a pobreza e substitui o excesso de desigualdade por desigualdade normal; e por último os fatores que aumentam o padrão de vida e a desigualdade normal e também reduzem a pobreza como investimentos, produção industrial, desenvolvimento do sistema financeiro e comércio exterior não possuem conexão significativa com a desigualdade geral.

Um fator de grande importância para o crescimento econômico é o capital humano. As grandes tradições intelectuais da Rússia combinadas com a alfabetização generalizada e formação técnica devem fornecer uma base forte para a prosperidade de curto e longo prazo. No entanto, a Rússia experimentou taxas de crescimento negativas por mais de uma década. De acordo com Fan, Overland e Spagat (1999) a resolução talvez seja o estoque de capital humano russo se reduzir até o ponto do padrão de vida e não o contrário, o padrão atingir o estoque de capital humano.

Resumidamente, a transição russa gerou uma crise econômica e social no país. Porém, a partir de 1995 com o aumento do preço do petróleo, a situação se reverteu. O colapso de 1998 foi crucial para o retorno à uma tendência de crescimento da desigualdade e uma ligeira queda no crescimento econômico que respondeu rapidamente. A partir de 1999, a economia apresenta uma rápida expansão, porém a desigualdade se mostra em uma trajetória crescente. Portanto, as evidências não sugerem uma relação de desigualdade-crescimento como a proposta por Kuznets.

3.3 ÍNDIA

Analizando o crescimento econômico e a desigualdade na Índia antes e depois do período de reformas, Ghosh (2012) observa o desempenho dos 15 maiores estados durante os anos de 1960/61 a 2006/07. Desde que as reformas de grandes ajustes estruturais e os programas de liberalização foram adotados em 1991, o período de análise foi dividido em dois: o período pré-reforma (1960/61 a 1990/91) e o período pós-reforma (1991/92 a 2006/07).

O desempenho econômico tem evoluído tanto em termos de taxa de crescimento quanto em termos de estabilidade, segundo o autor. O PIB *per capita*, em valores constantes de 2000, cresceu a uma taxa média de 3,63% (a chamada “taxa Hindu de crescimento”) durante 1960/61 a 1980/81 passando para 5,56%, em média, até 1990/91. Assim, a Índia rompeu, com sucesso, o estigma de “taxa Hindu de crescimento”. O desempenho foi ainda melhor no período pós reforma quando a taxa anual do PIB foi, em média, de 6,25%.

O crescimento foi sem dúvida robusto e menos volátil durante o período de 1991/92 a 2006/07 comparado com o anterior. Isso só foi possível devido a implementação de reformas econômicas desde 1991. Esse desempenho, porém está associado ao aumento da desigualdade regional. As evidências destacadas pelos autores indicam que nos estados da Índia existe divergência na renda *per capita* durante todo o período, particularmente depois das reformas econômicas implementadas. Embora essa divergência tenha começado após as reformas graduais em meados nos anos 80, o processo se agravou mesmo após a implementação em larga escala das reformas econômicas nos anos 90.

Os fatores responsáveis por essa diferença são as variações inter-estatais em capital humano, estrutura de produção e infraestruturas física, social e econômica. Portanto, ao visar o investimento público em capital humano e infraestrutura, os estados poderiam melhorar o desempenho geral do crescimento e reduzir os desequilíbrios regionais.

Assim como o crescimento econômico, a desigualdade de renda tem aumentado após as reformas de 1991 argumentam Deaton e Dreze (2002). As causas para esse aumento da desigualdade são: forte divergência entre a renda *per capita* dos estados; as crescentes disparidades entre as rendas *per capita* rural e urbana e a expansão da desigualdade nas áreas urbanas na maioria dos estados.

Analisando dados da *National Sample Survey* e da *Central Statistical Organisation*, para os períodos de 1993-1994 e 1999-2000, os autores discutem que houve um aumento relativamente rápido da alfabetização e participação nas escolas, mas ainda assim houve crescimento da desigualdade. Três aspectos são apresentados para esclarecer essa expansão: existem fortes evidências da divergência no consumo *per capita* entre os estados; as estimativas de taxa de crescimento da renda *per capita* apontam para um aumento significativo, em todos os níveis, da desigualdade rural-urbana; e por último, o aumento da desigualdade, principalmente no setor urbano, moderou os efeitos da redução da pobreza que poderiam ter sido melhores caso não houvesse tamanha desigualdade.

Comparando os salários reais da agricultura e do setor público, notou-se que os primeiros cresceram por volta de 2,5% nos anos noventa enquanto no segundo setor a taxa foi de quase 5%. Como os agricultores e os empregados do setor público residem nas áreas rural e urbana, respectivamente, esse é mais um argumento a favor de desigualdade rural-urbana. Além disso, os salários reais dos trabalhadores agrícolas aumentaram mais lentamente do que o PIB *per capita*, o que sugere uma intensificação da desigualdade.

Os autores argumentam que com uma economia de liberalização é de se esperar um aumento temporário da desigualdade e que essa tendência provavelmente é de curta duração. Os defensores da curva de Kuznets podem esperar que a trajetória inicial de aumento de desigualdade seja revertida posteriormente.

Gehring e Kulkarni (2006) afirmam que a Índia alcançou um significativo progresso econômico entre os anos de 1991 a 2000 e alguns setores específicos como os de *software* e serviços apresentam taxas exponenciais de crescimento. Esse desempenho é impressionante mesmo com alguns obstáculos, inerentes a economia indiana, precisando ser superados como a alta taxa de pobreza, falta de recursos naturais significantes, burocracia, baixa taxa de progresso educacional, desigualdade de renda e população muito volumosa.

Por causa do local específico em que se iniciou o crescimento econômico, os benefícios dos mesmos foram recebidos por uma minoria relativa, enquanto milhões de pessoas continuam a viver na pobreza, de acordo com os autores. Um dos resultados pode ser o aumento da desigualdade de renda e para isso é necessário entender os efeitos da distribuição de renda quando a Índia iniciou as reformas de mercado.

Utilizando dados de PIB anual, índice de Gini e comércio, em porcentagem do PIB, os autores analisam o desempenho da Índia e verificam se ele se encaixa no modelo de Kuznets ou no modelo de Persson e Tabellini em que a desigualdade de renda é negativamente correlacionada com o crescimento econômico. Em relação à hipótese de Kuznets, as evidências empíricas indicam que o país não responde ao que foi predito na hipótese de U-invertido. Os dados apontam que o índice de Gini se manteve relativamente o mesmo durante o período de 1966 a 2000, enquanto a taxa de crescimento aumentou durante o mesmo período, portanto, a Índia parece confirmar a hipótese de Persson e Tabellini.

Para os autores, a hipótese de Kuznets falhar é surpreendente, dado a importância dos setores de *software* e serviços no crescimento. Pelo fato do crescimento desses setores estar localizado em pequenas proporções do país, em termos geográficos e populacional, era de se esperar que a hipótese de U-invertido fosse confirmada. Esse cenário adere perfeitamente ao modelo de Kuznets, em que desigualdade de renda em períodos de crescimento econômico é um resultado direto do crescimento ser localizado em setores e indivíduos específicos. Porém, os dados não indicam ser esse o caso.

Resumidamente, após terminada a fase de “taxa Hindu de crescimento” em meados da década de 1980, a Índia tem experimentado um forte crescimento econômico, principalmente após as reformas adotadas em 1991. No entanto,

esse rápido crescimento não foi acompanhado por criação de empregos ou redução da pobreza, mas por aumento da desigualdade de renda tanto entre as regiões quanto entre os setores rural e urbano. Indicando que o processo de crescimento indiano não tem sido inclusivo e que as reformas não foram suficientes para uma transformação social que reverteresse o quadro da desigualdade.

3.4 CHINA

O crescimento econômico da China desde o início das reformas econômicas, em 1978, vem acompanhado de grandes disparidades regionais nas taxas de crescimento, apontam Fleisher, Li e Zhao (2007). Desde o começo da era Mao até início dos anos 1990, a desigualdade entre as maiores regiões mostra uma tendência decrescente. No entanto, a desigualdade aumentou nitidamente na década de 1990.

Segundo os autores, a transição da China para uma economia de mercado, tanto internamente quando em relação ao exterior, foi longa com períodos alternados de gradualismo, estagnação e fortes saltos. Esse processo exigiu e foi reforçado pela transformação na estrutura das leis de negócios e comércio. A introdução de investimento estrangeiro direto é, provavelmente, um dos fatores que mais contribuiu para o crescimento econômico chinês. Outro fator importante é o investimento em infraestrutura de capital.

Analisando o PIB, o estoque de capital e a população da China para os anos de 1996 a 2003, encontrados nos *China Statistical Yearbook*, *Population Census* e *Annual Population Change Survey*, os autores investigam os determinantes da dispersão das taxas de crescimento econômico. Argumentam que o padrão dessas taxas nas regiões pode ser compreendido como uma função de vários fatores relacionados como investimento em capital físico e humano, a introdução de novas tecnologias e sua disseminação entre as regiões e as reformas de mercado, que aconteceram de forma mais profunda com Deng Xiaoping, em 1992.

O investimento estrangeiro direto (IED) teve um grande efeito sobre a produtividade total dos fatores (PTF) até 1994, depois, esse efeito se tornou muito menor. A explicação para isso, de acordo com os autores, é que

aceleração das reformas de mercado reduziram o impacto que o IED tem sobre a transmissão de tecnologia e essa tem um efeito positivo sobre a produtividade total dos fatores.

Os autores encontram evidências de que a transição se acelerou depois de 1994 e os benefícios desse processo derrubaram as barreiras regionais de disseminação da tecnologia e da movimentação de trabalho e capital. Porém, as diferenças de renda e produtividade entre as regiões parecem ter aumentado e o capital físico e humano se deslocaram para locais em que a produtividade e os salários eram mais altos. Para resolver esse dilema entre crescimento e desigualdade, o investimento em capital humano é apontado como uma política eficiente para reduzir o *gap* regional e para aumentar o nível do PIB e o crescimento econômico.

A década de 1990 apresentou uma espantosa taxa de crescimento de 9% por ano, em média, no entanto, esse crescimento não foi distribuído de forma igual por toda a China, argumentam Jones, Li e Owen (2003). Utilizando dados de 1989 a 1999, procuravam causas para a disparidade entre o crescimento e o nível de renda *per capita* chinês e examinavam se existiam ou não políticas que visavam a redução da desigualdade.

A China passou por três políticas radicais no desenvolvimento urbano durante as últimas décadas: desde as políticas redistributivas e igualitárias de Mao ao modelo de desenvolvimento desigual de Deng Xiaoping e atual iniciativa para desenvolver as regiões ocidentais com o objetivo de reduzir as disparidades regionais. Tanto a taxa de crescimento quanto o grau de desigualdade entre as cidades chinesas mudaram ao longo do tempo. O ritmo do desenvolvimento urbano durante a fase das reformas corresponde ao rápido crescimento da economia chinesa, afirmam os autores.

Desde que Deng Xiaoping, arquiteto da reforma econômica na China, acreditou que um país tão grande como a China não poderia ter um rápido crescimento em várias regiões simultaneamente, tanto o desenvolvimento urbano quanto o crescimento econômico têm sido desiguais em todo o país, apontam os autores. A estratégia para desenvolver alguns centros regionais de poder econômico começou com aqueles que inicialmente tinham vantagens em localização, infraestrutura e recursos humanos e naturais.

A ênfase no desenvolvimento na costa do país causou desigualdade entre as cidades da costa e as do interior. Segundo Jones, Li e Owen (2003), em 2000, o PIB *per capita* no oeste da China era aproximadamente 60% da média nacional e os 5% mais ricos da população detinham quase 50% da renda. E os novos ricos estavam distribuídos desproporcionalmente na região costeira, enquanto aproximadamente 90% da população que vive em absoluta pobreza estão localizados na região ocidental.

Se a abordagem chinesa de crescimento econômico e consequente aumento da desigualdade regional resultar em maior renda *per capita* para todos, vai depender dos retornos crescentes do investimento. No entanto, as evidências encontradas pelos autores sugerem que o capital acumulado através do investimento estrangeiro direto é, de fato, sujeito a retornos decrescentes. Assim, uma política que promova um desenvolvimento mais equitativo pode produzir um crescimento mais rápido. Caso a política dê preferência a determinadas cidades, o processo de crescimento na China pode gerar divergências nas rendas e ainda mais desigualdade.

O período pré reforma econômica da China (1949-1978) foi marcado por baixa desigualdade de renda, apontam Chan e Kulkarni (2006). Geograficamente, a parte central do país tinha uma vantagem comparativa em produção de energia, máquinas e equipamentos, enquanto a parte ocidental tinha vantagens em produtos primários como grãos, cultivo de árvores e pecuária e a parte leste, perto do mar, tinha vantagem na produção de bens industriais e as indústrias podiam exportar seus produtos com maior facilidade. No entanto, durante a era maoísta (1949-76), Mao se desfez dessas vantagens comparativas e aceitou uma abordagem que desenvolveria a economia chinesa de uma forma contrária à regra econômica.

A recusa de desenvolver o país de acordo com as vantagens é justificada pela crença de Mao de que a China deveria ser um país verdadeiramente socialista. Caso o desenvolvimento fosse feito por vantagens comparativas, as disparidades regionais seriam evidentes e a sua preocupação era evitar a desigualdade de renda na China. Uma vez que o interior estava com instalações e infraestrutura precária, o desenvolvimento foi dificultado. E como não foi permitido o investimento estrangeiro direto e o investimento do Estado na região

costeira foi altamente limitado, a economia chinesa não se desenvolveu durante todo esse período, segundo os autores.

Em relação ao período pós reforma econômica (a partir de 1978), os autores afirmam que foi um período de elevada desigualdade de renda. Quando Deng Xiaoping assumiu o poder em 1978, seu objetivo era desenvolver a economia e algumas de suas reformas são as Zonas Econômicas Especiais (ZEE) e a permissão do Investimento Estrangeiro Direto (IED), sendo este a mais importante reforma e uma das maiores influências no crescimento chinês.

Devido às reformas e o aumento do IED nas áreas urbanas, o governo divulgou restrições no sistema de registro de residência, ou seja, a população rural poderia ir para áreas urbanas para encontrar emprego. A partir dos anos 1980 até 1990, o emprego nas estatais tinha aumentado 3,1% enquanto o emprego no setor não-público aumentou 730,7%. E a renda *per capita* da população urbana em 1978 era em torno de USD\$ 33 e da população rural era USD\$ 24, em 2005 o aumento da renda da população urbana foi em torno de 700% e da rural de 300%.

Observando todos esses dados, os autores argumentam que a situação do desenvolvimento econômico na China reflete o suposto de Kuznets de que a renda *per capita* média da população rural é normalmente mais baixa que a urbana. E a diferença entre a renda *per capita* média entre as áreas rural e urbana mostram um segundo suposto de Kuznets de que a desigualdade da distribuição, em termos de porcentagem, é menor na população rural que na urbana.

Estudando os índices de Gini antes e depois das reformas econômicas, os autores afirmam que nos últimos 50 anos, o problema da desigualdade de renda tem se tornado cada vez mais sério. Após a introdução das reformas em 1978, o índice de Gini cresceu de 0,230 a um patamar histórico de 0,470 em 2005. Se a hipótese de U-invertido de Kuznets se sustenta na China, parece que a China se encontra na primeira metade da curva.

Chan e Kulkarni (2006) concluem argumentando que a desigualdade de renda é, sem dúvida, um efeito colateral que um país não pode evitar durante desenvolvimento econômico e a China não é uma exceção. No entanto, no caso chinês o problema se torna mais grave devido ao fato do país ter adotado uma abordagem gradual para as reformas, o que levou a coexistência de dois

sistemas econômicos (economia planificada comandada pelo Governo, comum na área rural e economia de mercado). A economia chinesa é impedida de ir em direção a uma economia de mercado verdadeiramente madura e assim, o problema de desigualdade de renda se torna mais difícil de resolver.

Resumidamente, nas últimas três décadas, a China tem experimentado elevadas taxas de crescimento como nunca antes apresentadas em seu próprio histórico ou mesmo comparadas às taxas de outros países no mesmo período. No entanto, a desigualdade tem crescido de forma persistente, demonstrando a piora da distribuição de renda tanto entre os setores urbano e rural quanto para o país como um todo. As reformas econômicas implantadas ao final da década de 1970 são a origem desse novo processo de crescimento e aumento da desigualdade. As evidências sugerem que na China a desigualdade de renda e o crescimento econômico sejam positivamente relacionados no período analisado.

3.5 ÁFRICA DO SUL

A África do Sul vivenciou uma notável transformação desde 1994 com transição democrática após o fim do Apartheid, porém os resultados de crescimento econômico e criação de emprego não foram positivos, aponta Rodrik (2006). Foi instituído um programa social de transferência visando diminuir as disparidades no longo prazo, em um contexto de políticas fiscal e monetária cautelosas que mantiveram a inflação e a dívida pública em níveis baixos. Além disso, houve abertura para o comércio internacional e fluxo de capitais.

Uma transformação dessa magnitude poderia causar uma expansão tão grande na economia que seria possível operar a pleno emprego ou quase isso. Infelizmente, não foi o que ocorreu. E a partir de 1994, a taxa média de crescimento da economia foi de 1,2% ao ano e a taxa de desemprego variava em torno de 26%, um aumento muito rápido para o período já que essa taxa era de aproximadamente 13% em 1993. Nota-se também que a concentração dos desempregados era de jovens, pessoas não qualificadas e negros.

O autor ainda argumenta que o baixo crescimento e o alto desemprego são resultados da retração do setor não mineral da economia a partir da década

de 1990. A reduzida exportação de manufaturas privou a África do Sul das oportunidades de crescimento. Caso ocorresse uma rápida expansão desse setor, o crescimento econômico seria maior e surgiriam mais empregos. Reduzir o desemprego por meio do aumento da produtividade econômica e do aumento dos salários seria a melhor estratégia. Portanto, a vitalidade do setor manufatureiro deve ser o centro de qualquer estratégia de crescimento.

Rodrik (2006) aponta ainda que a estabilidade macroeconômica, o crescimento econômico e a igualdade social requerem a mesma mudança estrutural na economia, a expansão do setor de manufaturados. E com políticas fiscal, monetária e industrial adequadas para encorajar o investimento privado, a África do Sul pode seguir a trajetória de notável crescimento econômico e queda do desemprego.

A identificação da relação entre desigualdade de renda e outros indicadores de desenvolvimento social e econômico feita por Fielding (2001) sugere que a desigualdade está associada com melhorias em indicadores de desenvolvimento como renda *per capita*, alfabetização e expectativa de vida. Parte da pobreza e da desigualdade estão relacionadas às características geográficas, incluindo a dotação de recursos naturais, e ao fracionamento etno-linguístico. O déficit do crescimento pode estar associado ao fraco desempenho em fatores como saúde e distribuição de renda, mesmo considerando os fatores geográficos. E esse desempenho é devido ao baixo investimento em bens públicos, característica que pode ser alterada no futuro.

Bhorat e Van der Westhuizen (2008) visando prover uma compreensão sobre as mudanças na pobreza e desigualdade na África do Sul durante o período de 1995 a 2005 e ainda as relações entre essas variáveis e o crescimento econômico analisam dados de despesa *per capita* e índice de Gini, como medida de desigualdade. Os dados sugerem que a África do Sul experimentou um aumento da desigualdade de renda. Esse resultado é preocupante, segundo os autores, pois são necessárias grandes alterações no crescimento econômico para alterar a distribuição de renda e esse resultado pode colocar a África do Sul como um dos países mais desigual do mundo.

A população é dividida em grupos africanos, *coloured* (mestiços), asiáticos e brancos e em todos esses grupos, exceto no dos africanos, houve aumento da desigualdade no período, quando os autores analisam pelo índice

de Gini. Utilizam também o índice de Theil, justificando que esse permite mensurar a desigualdade dentro dos grupos e a desigualdade entre os grupos. A forte desigualdade entre os grupos raciais, como resultado do apartheid, sempre foi um importante impulsionador da desigualdade agregada. Os resultados sugerem que durante os anos de 1995 a 2005, a participação da desigualdade advinda da dinâmica dentro do grupo declinou, então, a participação da desigualdade entre os grupos se tornou maior ao medir a desigualdade agregada.

Segundo os autores, os ganhos de rendas contrastantes dos diferentes grupos raciais tem sido o principal determinante do aumento da desigualdade agregada. As taxas de crescimento econômico, medidas pela renda *per capita*, aumentaram e à medida que a renda cresce, existe uma alta probabilidade de que isso também afete a distribuição de renda, isto é, o crescimento econômico traz com ele, muitas vezes, algumas mudanças nos níveis de desigualdade de renda. O crescimento no período de 1995 a 2005 foi pró-pobre em termos absolutos, em que o crescimento da despesa dos pobres tem sido positivo, no entanto, o aumento da despesa dos ricos excedeu muito daqueles que se encontram no extremo inferior da distribuição. Portanto, a dimensão racial para essas taxas de crescimento de despesas diferenciadas continua a ser o ponto determinante do padrão de recuperação da economia Sul-africana desde 1995.

Resumindo, o fim do Apartheid em 1994 não resolveu de imediato o problema do crescimento econômico e da desigualdade de renda na África do Sul. A taxa de crescimento era baixa, as taxas de desempregos elevadas juntamente com a desigualdade. A situação econômica foi se revertendo, porém, acompanhada de agravamento da desigualdade e criação de um excedente populacional desempregado. As evidências sugerem que o crescimento econômico não tem sido a favor dos pobres perpetuando a sua marginalização e a desigualdade.

4 EVOLUÇÃO E DETERMINANTES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E DA DESIGUALDADE DE RENDA

Neste capítulo serão apresentadas informações sobre crescimento econômico e desigualdade de renda para os 5 países analisados: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Quais os fatores que motivam o desempenho e a evolução econômica e social de cada país e como em determinados momentos se dá a relação desigualdade-crescimento.

4.1 BRASIL

Segundo Gandra (2004), a década de 70 gerou um grande debate acerca da distribuição de renda, tendo em vista que na década anterior houve aumento dos índices de concentração de renda. Essa é a chamada “Controvérsia de 70”, que foi dividida em três teses principais para explicar a elevação na concentração de renda na década de 60: Fishlow que atribuía a culpa à compressão salarial do governo Castello Branco (1964-67), Langoni que acusava o crescimento acelerado e mudanças na estrutura industrial como pontos principais e Bacha apontando a abertura do leque salarial dos gerentes perante lucros crescentes como a causa primordial.

No governo Castello Branco, os ajustes salariais eram feitos com base na média aritmética dos salários reais dos últimos 24 meses mais uma taxa de produtividade e mais um resíduo inflacionário. A partir disso, Fishlow acredita que as perdas do poder de compra dos salários e da participação relativa dos trabalhadores na renda total são devidas à subestimação da inflação definida nessa regra de ajuste. Os salários eram corroídos por causa da previa da inflação inferior à efetiva e também por causa do veto nas negociações entre trabalhadores e patrões.

O rápido crescimento econômico e o processo de industrialização foram os argumentos utilizados por Langoni para explicar o aumento da desigualdade de renda. Para ele, a concentração se dava por causa da migração de pessoas do setor agrícola para o setor industrial, mais dinâmico e de renda mais concentrada, e também pela incapacidade do sistema educacional em oferecer mão de obra qualificada.

O modo hierarquizado em que os setores privado e governamental se organizam influenciam a estrutura salarial média entre funcionários da gerência

e executivos e empregados executores de tarefas. Como os salários dos primeiros dependem do lucro e os salários dos executores de tarefas são definidos no mercado de trabalho, a abertura do leque salarial é a responsável pelo aumento da concentração de renda, de acordo com Bacha.

Na análise de Ramos (1990b) sobre desigualdade de renda e crescimento econômico para os anos de 1976 a 1985 existem evidências de que a distribuição de renda melhorou ao final da década de 70, porém foi deteriorando continuamente de 1981 a 1985. Utilizando dados de PIB *per capita* e indicadores de desigualdade como coeficiente de Gini, T-Theil e parcelas da renda total em poder dos 40% mais pobres e 1% mais ricos da população, argumenta que independente da escolha do indicador de concentração, o resultado é o mesmo: a evolução da desigualdade no período analisado segue o padrão de U, em que há uma nítida queda na concentração até 1981, seguida de um aumento substancial da desigualdade nos anos posteriores.

Ainda segundo o autor, apesar do primeiro choque do petróleo em 1973, o Brasil obteve um desempenho excelente na segunda metade dos anos 70. O PIB *per capita* cresceu, em média, 4% ao ano, entre 1976 e 1980. Com o segundo choque, em 1979, e as taxas de juros internacionais elevadas, a década de 80 se iniciou com uma forte recessão. A recuperação da atividade econômica em 1984 não foi suficiente para compensar a queda e em 1985 o PIB *per capita* se encontrava em torno de 5,4% abaixo do registrado em 1980.

Para concluir, o autor afirma que ao observar a evolução da renda *per capita* e da desigualdade na distribuição de renda, nota-se que a distribuição tem melhorado quando a renda *per capita* cresce e piorado, caso contrário, indicando a ausência de um conflito entre crescimento e igualitarismo.

A concentração de renda é derivada da forma como se consolidou a industrialização no Brasil resultando na crise da década de 1980, segundo Fernandes (2006). A consolidação da industrialização e do crescimento da economia possuía um instrumento poderosíssimo: a inflação. Esta, muitas vezes, é caracterizada como um efeito externo ao processo social podendo trazer consequências negativas para a sociedade. Os processos inflacionários agudos reforçam a concentração de renda, uma vez que a inflação reduz a renda real a partir da elevação dos preços. A falta de dinamismo da economia e o quadro de inflação crônica da década de 80 contribuíram decisivamente para a

concentração de renda e conseqüentemente para a piora da desigualdade. Como as políticas eram voltadas para combater a inflação, o problema da má distribuição permanecia. Esse problema, aliado à ausência de crescimento nos anos 1980, promoveram aumento da pobreza, redução do bem-estar e queda da renda *per capita*.

Na década de 90, de acordo com Gandra (2004), a elevada desigualdade de renda continuava sendo um problema. São apontadas como causas da elevada desigualdade: a educação, seguindo a mesma ideia de Langoni em que o sistema educacional não é capaz de oferecer mão de obra qualificada frente a demanda; a discriminação e segmentação do mercado de trabalho; a desigualdade de oportunidade, isto é, os grupos sociais capazes de oferecer educação privada de qualidade para seus filhos não se preocupam com a qualidade do sistema educacional público, o que alimenta a desigualdade de renda da próxima geração; e por último algumas variáveis econômicas como salário mínimo, inflação, variação no nível de demanda e desemprego.

Ainda na década de 90, foi lançado o Plano Real em 1994 que conseguiu conter o processo inflacionário iniciado na década anterior. Apesar do grande sucesso em atingir seu objetivo, uma das principais conseqüências foi o crescimento da taxa de desemprego, que se expandiu de forma nunca vista antes. Com isso, esperou-se que a desigualdade fosse aumentar também, segundo Coelho (2007). No entanto, a queda da inflação reduziu a pressão inflacionária sobre os menos abastados e o poder de compra dos mais pobres aumentou compensando o efeito anterior fazendo com que a desigualdade tendesse a uma leve queda, como poder ser visto no gráfico 1 abaixo.

Nos últimos anos, o Brasil vem passando por mudanças importantes com destaque para o declínio acentuado e contínuo da desigualdade de renda. O Índice de Gini, medida de desigualdade, alcançou, em 2007, seu menor valor nos últimos 30 anos, segundo Barros *et al.* (2010). Ao tratar da desigualdade de renda no Brasil, os autores visam apresentar sua magnitude e evolução, além de mostrar que a queda da desigualdade foi realmente intensa e a importância da continuidade desse processo de redução. Enfatizam, também, quais os fatores determinantes para essa queda e como eles contribuem com esse processo.

Como exemplos da magnitude da desigualdade na distribuição de renda *per capita* tem-se que a parcela de renda apropriada pelos 50% mais pobres é um pouco maior que aquela apropriada pelo 1% mais rico e a parte da renda correspondente aos 10% mais ricos representa mais de 40% da renda total. Para analisar a evolução contaram com três indicadores: o índice de Gini, a razão entre a renda média apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 40% mais pobres e a razão entre a renda média apropriada pelos 20% mais ricos e pelos 20% mais pobres. Barros *et al* (2010) encontram para os três indicadores o mesmo comportamento, no período 2001-2007 a desigualdade de renda do Brasil sofreu uma redução significativa de 7%, implicando numa diferença entre a taxa de crescimento da renda de pobres e ricos, que foi maior para o primeiro grupo.

Ainda de acordo com os mesmos autores, embora a redução tenha sido marcante, a desigualdade continua extremamente elevada e o Brasil, no cenário internacional, ocupa uma posição ruim, em termos comparativos. Essa queda, no entanto, é de grande importância para o país. Notou-se que entre 2001 e 2007 a renda dos mais pobres cresceu copiosamente resultando num declínio dos níveis de pobreza e extrema pobreza. Utilizando indicadores como porcentagem de pobres, hiato de pobreza e severidade da pobreza, percebeu-se redução dos níveis entre 2 e 11 pontos percentuais. Avaliando se a desigualdade se mantivesse constante, a queda nos níveis de pobreza e extrema pobreza teriam sido bem menores.

Os autores apontam ainda que uma outra maneira de verificar a importância da queda da desigualdade para a redução da pobreza é por meio da taxa de crescimento econômico. Nesse caso, em específico, seria necessário um crescimento balanceado adicional de 20 p.p para causar o mesmo efeito que a redução da desigualdade, se essa se mantivesse inalterada.

As vantagens dessa redução não foram distribuídas igualmente para todos os grupos, segundo os autores. Nos anos de 2001 a 2003, não houve crescimento econômico e a queda decorreu da redistribuição de renda dos mais ricos para os mais pobres. Somente no ano seguinte, quando o Brasil voltou a crescer, todos os grupos tiveram crescimento na renda. Os fatores que determinam a renda familiar *per capita* são: proporção de adultos da família (fator demográfico), renda não derivada do trabalho por adulto, proporção de adultos ocupados e renda do trabalho por trabalhador.

Em uma primeira análise, Barros *et al.* (2010) afirmam que a renda não derivada do trabalho por adulto é o fator que explica o crescimento da renda familiar *per capita* entre 2001 e 2007, porém, para avaliar a contribuição de cada um são usadas simulações contrafactuais. Os resultados apontam que tanto para o período em que não houve crescimento (2001 a 2003) e para o que houve crescimento econômico (2003 a 2007), a renda não derivada do trabalho é o fator mais importante ao usar como medida de desigualdade a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres, porém usando o índice de Gini, o fator mais representativo é a renda do trabalho por trabalhador.

Barros *et al.* (2010) afirmam ainda que um dos fatores mais significativos que afetam a produtividade do trabalho e, portanto, a renda do trabalhador é a educação. Desse modo, uma parte relevante da redução da desigualdade está associada às melhorias no capital humano da força de trabalho. Se todas as outras mudanças permanecessem inalteradas, quedas na desigualdade educacional e nos diferenciais de remuneração por nível de escolaridade contribuiriam com redução de 50% na desigualdade de renda do trabalho e de 30% na desigualdade de renda *per capita* entre 2001 e 2007.

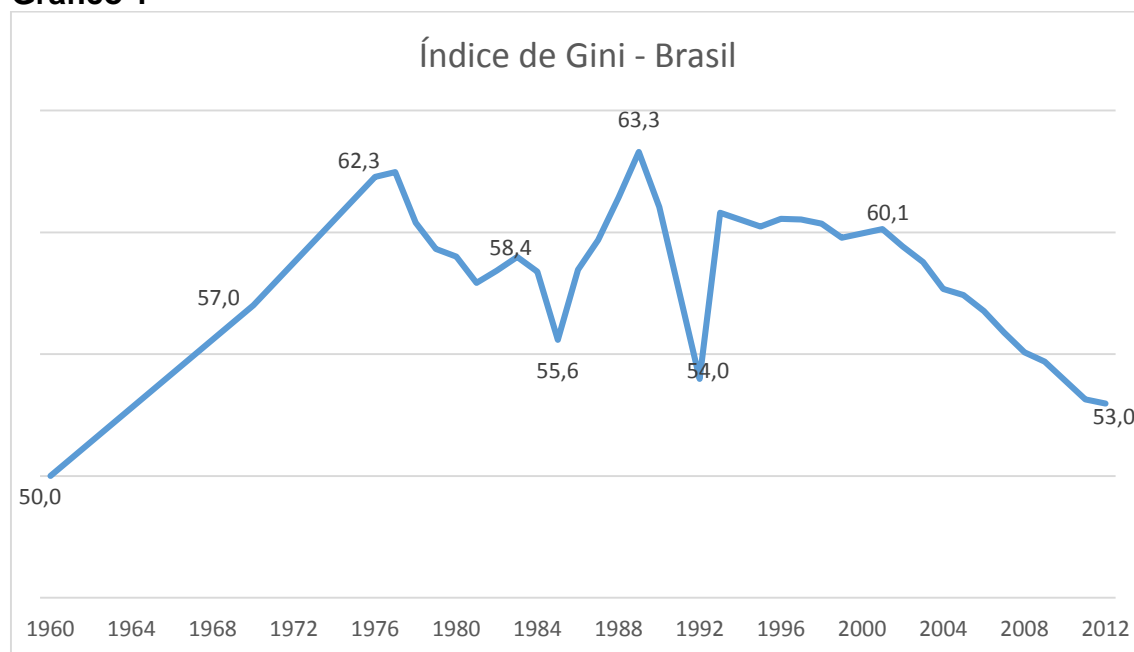
Corroborando com a análise de queda da desigualdade, um comunicado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 2012, afirma que a desigualdade tem caído a partir de 2001. A renda *per capita* dos 10% mais ricos aumentou 16,6% em termos acumulativos entre 2001 e 2011, enquanto a renda dos mais pobres cresceu 91,2% no mesmo período. As causas para essa redução são derivadas de diversas fontes como: Trabalho (58%), Previdência (19%), Bolsa Família (13%), Benefício de Prestação Continuada (4%) – programa voltado para idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência, ambos de baixa renda e outras rendas (6%) como aluguéis e juros. Portanto, a expansão trabalhista é a maior responsável pela queda da desigualdade e ainda confere sustentabilidade ao processo redistributivo.

A queda da desigualdade, que pode ser vista no gráfico 1, se dá numa taxa de 1,5% ao ano entre maio de 2002 e maio de 2008, quando surge a crise internacional. Essa taxa passa a ser de 0,3% até maio de 2009 e retornando ao patamar de aproximadamente 1,2% até 2011. Esse comportamento anticíclico da desigualdade sugere a ausência de dilemas do tipo equidade *versus* eficiência, de acordo ainda com o comunicado do Ipea.

Considerando um período mais recente, Medeiros, Souza e Castro (2014) constroem uma série de indicadores de desigualdade baseada nas declarações de Imposto de Renda de Pessoa Física (dados tributários) para o período de 2006 a 2012. E compara com as pesquisas domiciliares brasileiras conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O foco está na desigualdade entre os mais ricos e o resto da população, por isso utilizam dados dos 0,1%, 1% e 5% mais ricos. Os resultados mostram que não houve mudanças significativas no período e os mais ricos se apropriam de uma parcela substancial da renda total. Em média, o 0,1% recebeu aproximadamente 11% da renda total, o 1% recebeu quase 25% e os 5% receberam 44%.

Para o mesmo período, as pesquisas domiciliares mostram queda da desigualdade. E segundo os autores, essas pesquisas levam em consideração melhoras na base de distribuição, mas a desigualdade total depende do que ocorre no topo. Nessa comparação, os autores concluem que a concentração de renda entre os mais ricos, analisada pelos dados tributários, é maior que a estimada pelos levantamentos domiciliares, sem ocorrência de tendência de queda nos últimos anos. Os mais ricos são mais resistentes à queda de desigualdade e se a elite se mantém estável no tempo, a maior parte da mudança na desigualdade deve ocorrer entre os estratos que estão mais na base e no centro da distribuição.

Gráfico 1



Fonte: Banco Mundial e Ipeatada.

As taxas de crescimento do PIB aumentaram a partir de 1968, quando se inicia o “Milagre econômico” no Brasil, até 1973 com o primeiro choque do petróleo. E apesar da desaceleração industrial, dos déficits públicos e dos problemas no balanço de pagamentos, a economia brasileira apresentou elevadas taxas de crescimento nos anos 70, que só foram interrompidas entre 1981-1983, segundo Vieira e Holland (2007). A década seguinte foi marcada pela falta de financiamento internacional, desequilíbrios no balanço de pagamentos, alta inflação, crescimento dos déficits públicos e aumento da dívida externa, o que causou desequilíbrios internos e externos.

Os choques do petróleo e o aumento das taxas de juros internacionais na década de 70 foram uns dos responsáveis pela queda de mais de 4% do PIB no ano de 1981 e a taxa média de crescimento da década de 80 foi em torno de 1,7% ao ano, de acordo com os autores. Como o objetivo era equilibrar o balanço de pagamentos e reduzir a inflação, houve contenção da demanda por importações e redução do consumo e do investimento, impedindo o crescimento do PIB.

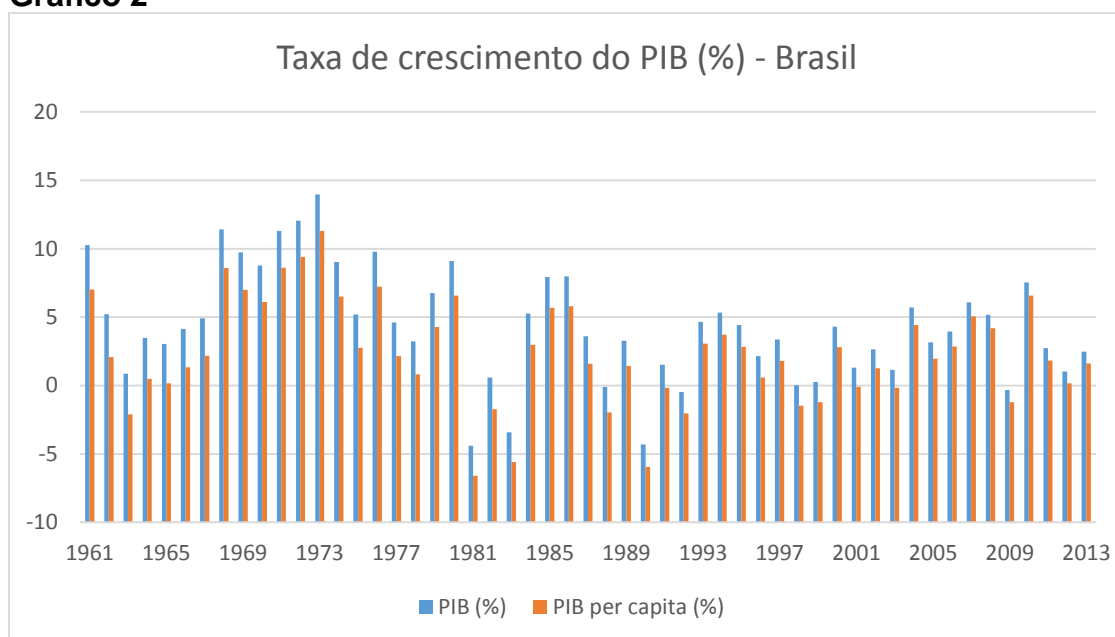
O crescimento econômico nos anos de 1990 a 2004 para Ferrari Filho e de Paula (2006) foi baixo e oscilante, o PIB cresceu, em média, 2% ao ano. A dificuldade de um forte crescimento está relacionada aos efeitos da alta inflação que foi reduzida em meados de 1994 com o Plano Real; à vulnerabilidade externa causada pela necessidade de financiamento do balanço de pagamentos e conta de capital aberta; e à adoção de uma política de juros reais elevados ao longo do período.

As altas taxas de juros, segundo os autores, têm sido incompatíveis com um crescimento sustentável e financeiramente estável pois o encarecimento do preço do crédito, os impactos negativos das taxas de juros sobre as expectativas empresariais de longo prazo e o aumento da dívida pública, formada em grande parte por títulos indexados à taxa de juros, causam um constrangimento ao crescimento econômico.

Outro fator que pode explicar o baixo crescimento, segundo Vieira e Veríssimo (2009) é a mudança do papel do Estado. Com a privatização de empresas estatais, o Estado deixou de atuar diretamente no desenvolvimento do setor produtivo, na criação de infraestrutura e no financiamento de setores específicos, assim como havia acontecido nos anos de 1960 e 1970, período de

maior crescimento da economia. Veja o crescimento do PIB e do PIB *per capita* brasileiro no gráfico 2 abaixo.

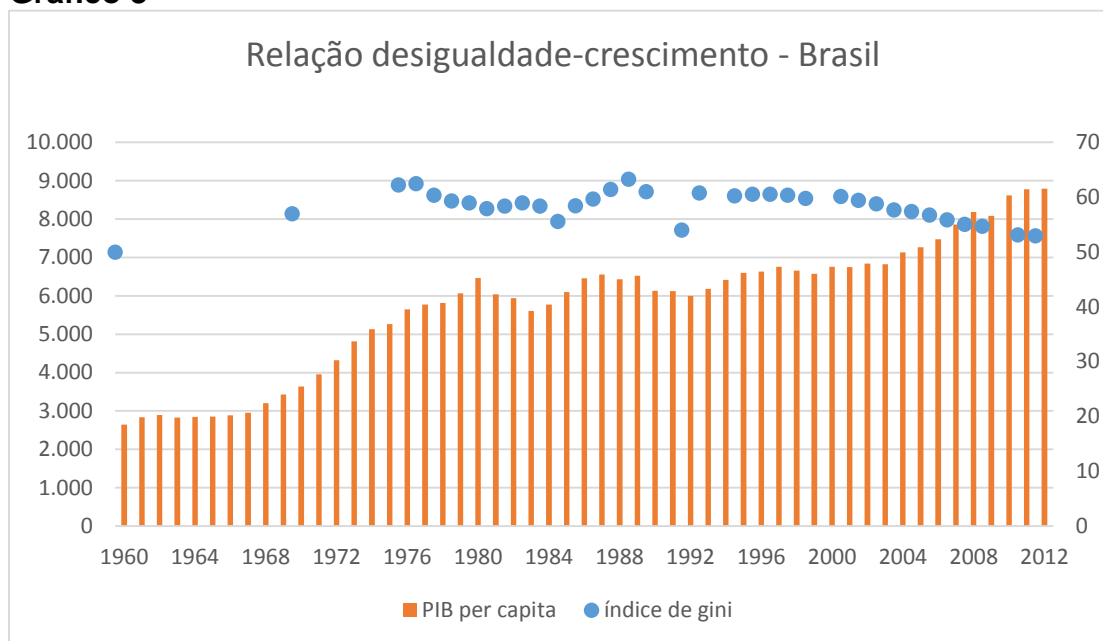
Gráfico 2



Fonte: Banco Mundial

A evolução da desigualdade de renda e do PIB *per capita* no Brasil entre 1960 e 2012 podem ser vistas no gráfico 3. O gráfico sugere que não há uma relação robusta no padrão de U-invertido para o Brasil, uma vez que a desigualdade continuou aumentando até o início dos anos 2000. A reversão dessa tendência com uma queda na desigualdade entre 2002 e 2011 foi vista apenas recentemente. O aumento da desigualdade encontrado nas décadas de 1960 e 1970, motivadas pelas diferenças na educação dos indivíduos e migração entre os setores rural e urbano, além da queda do salário mínimo real, é acompanhada de aumento nas taxas de crescimento econômico, principalmente no período do “Milagre”. Apesar da década seguinte apresentar aumento da desigualdade e queda do PIB e nos anos 1990 o crescimento ter sido fraco e a desigualdade continuou aumentando, a partir dos anos 2000, a queda da desigualdade é muito significativa devido às políticas sociais redistributivas e melhorias no capital humano.

Gráfico 3



Fonte: Banco Mundial

PIB *per capita* em valores constantes de 2000 em moeda nacional.

4.2 RÚSSIA

A liberalização econômica em 1991 teve como consequências o caos, hiperinflação, colapso industrial e privatização na Rússia pós-Soviética. A produção industrial caiu pela metade, a inflação desvalorizou a poupança pública e governo e empresas tiveram grande redução de todos os tipos de serviços sociais. Isso causou um aumento da desigualdade, principalmente entre as regiões. Para uma análise mais completa desse fato, Galbraith, Krytynskais e Wang (2003) usam dados de salários e empregos para os maiores setores econômicos russos entre os anos de 1990 e 2000.

Em 1991, o colapso industrial e a hiperinflação, e em 1998, o colapso financeiro tiveram grande impactos na desigualdade. Esta dobrou entre 1991 e 1992, se estabilizando por seis anos, porém com a nova crise em 1998, a desigualdade subiu outros 39% em 1999 e continua a crescer em 2000, tanto entre regiões quanto entre setores. É possível perceber um aumento da participação relativa da renda no setor financeiro e há grandes perdas na ciência, cultura, educação, saúde e especialmente na agricultura.

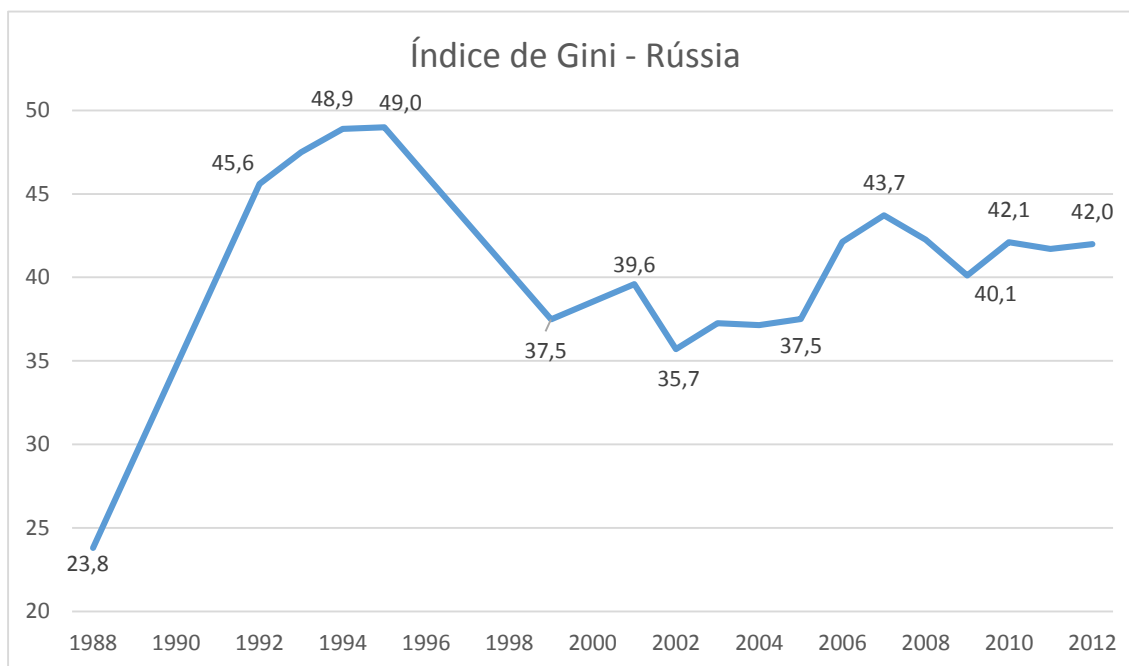
A União Soviética não só era um lugar em que a desigualdade era bastante conhecida e a pobreza estava longe de ser banida, como também esses fatores foram nitidamente acentuados nos últimos tumultuados anos do

regime em que a inflação e a liberalização gradual desencadearam um conjunto de forças poderosas que contribuíram com a desigualdade, segundo Commander, Tolstopiatenko e Yemtsov (1997). Em 1991, a Rússia era um país com elevada desigualdade e altos índices de pobreza.

Os autores analisam as despesas e as rendas das famílias para 38 regiões na Rússia entre os anos de 1992 e 1995 retiradas da *Russian Longitudinal Monitoring Survey* (RLMS). A desigualdade nos primeiros anos da transição era elevada e maior quando comparada às outras economias da Europa Central, apresentando clara tendência de crescimento para os anos seguintes. As grandes transferências dos recursos públicos para mãos privadas, a privatização de firmas, as mudanças no nível e na composição dos gastos do governo, as alterações nos salários e o desemprego são fatores que influenciam a distribuição de renda e causam a desigualdade.

Para o período entre 1995 e 1997, o aumento da desigualdade foi interrompido, segundo Vorobyov e Zhukov (2000). Causado pelo aumento do preço do petróleo, pela valorização da moeda e pelas entradas de divisas que estabilizaram a economia, mesmo que por curto prazo. No entanto, o colapso de 1998 agravou a situação social e o crescimento econômico. Essa variação pode ser observada no gráfico 4 a seguir.

Gráfico 4



Fonte: Banco Mundial e BRICS Joint Statistical Publication 2013

A economia soviética, no passado, era citada como exemplo de crescimento extensivo, estimulado por grandes investimentos e crescimento do fator trabalho, com pouco avanço tecnológico e eficiência, segundo Voskoboynikov (2014). Com a introdução da economia de mercado no início da década de 1990, era esperado que esse crescimento tornasse intensivo, porém essa mudança não ocorreu de imediato. A transição russa desencadeou uma profunda crise chegando ao ápice no meio da década. Porém, depois da pior fase da crise, o crescimento mostra uma tendência crescente e os benefícios da abertura comercial finalmente parecem ter chegado a etapa de realização.

Esse crescimento foi impulsionado, principalmente, por melhorias da eficiência no uso de insumos, medida pelo crescimento da produtividade multifatorial (PMF), em vez de melhorias nos fatores capital e trabalho. Assim, a Rússia mudou de uma trajetória de crescimento extensivo para uma intensiva em produtividade, sendo confirmada pelo fato da taxa de PMF ser muito maior que a taxa de crescimento dos fatores de produção no período de 1995 a 2008.

O autor argumenta que o crescimento pode ser explicado não só pela mudança nas indústrias, mas também pela realocação dos fatores capital e trabalho entre elas. No entanto, existe ainda uma outra vertente que enfatiza a importância dos recursos naturais para o crescimento russo, sugerindo que o mesmo foi impulsionado pelos lucros advindos do aumento dos preços do petróleo e gás nos últimos quinze anos.

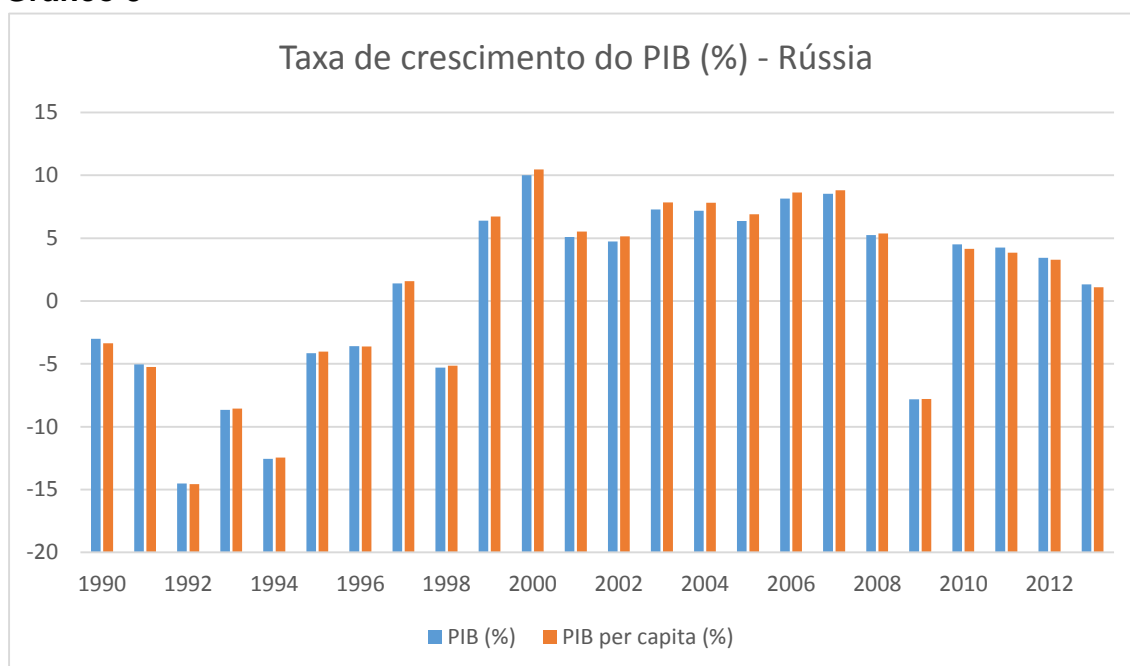
O fato da Rússia possuir recursos naturais em abundância influenciou a velocidade do processo de transição e reestruturação. No entanto, a discrepância entre PIB da Rússia e o da Europa Ocidental ainda existe. Voskoboynikov (2014) afirma que a causa para essa lacuna é a lentidão da produtividade do trabalho.

Ao analisar o papel que a tecnologia e a realocação do fator trabalho têm no desempenho da produtividade russa, o autor argumenta que a contribuição da tecnologia é maior. A realocação do fator trabalho, apesar de menor na comparação, ainda é bastante significativa devido a abundância de recursos naturais do país, o que atraiu recursos de exploração do fator. Outros fatores ligados ao desempenho são a estabilidade macroeconômica após a liberalização, o desempenho das empresas em respostas às mudanças que ocorrem nelas mesmas e a governança corporativa.

Com o governo Putin a partir de 1999, a economia russa exibe uma fase de rápida expansão econômica, como pode ser notado no gráfico 5 abaixo. O PIB apresenta taxas de crescimento em média de 6,7% entre 1999 e 2005, de acordo com Vieira e Veríssimo (2009), além de taxas de inflação decrescentes, contas fiscal e corrente superavitárias e grande volume de reservas internacionais. Os principais fatores para o notável desempenho do PIB são os elevados preços do petróleo e de outros recursos naturais exportados, a moeda desvalorizada, o aumento da produção industrial e no setor de serviços e o fortalecimento do mercado interno.

Existem também outros fatores não estruturais que contribuem para a recuperação após a crise de 1998: a desvalorização da taxa de câmbio nominal, a queda da taxa de juros e o aumento dos salários reais acima da evolução do PIB. Segundo os autores, a elevação do nível de investimento é identificada como principal condição para a continuação do crescimento, pois aumenta a produtividade dos setores da economia.

Gráfico 5

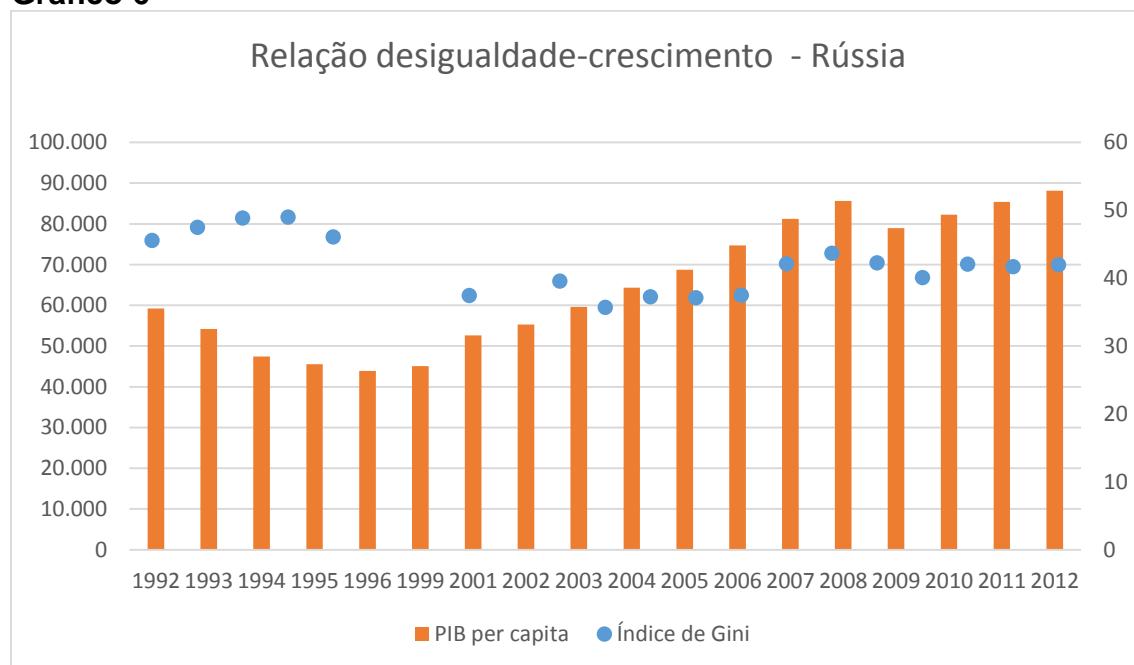


Fonte: Banco Mundial

Os primeiros anos após o fim do regime soviético foram marcados por aumento da desigualdade e baixo crescimento econômico causados pela hiperinflação, colapso industrial e liberalização econômica gradual. Portanto, a

hipótese de Kuznets falha para esses anos iniciais. A queda da desigualdade foi interrompida pelo aumento dos preços do petróleo, pela valorização da moeda nacional e pela entrada de capital estrangeiro, e essa queda foi acompanhada de recuperação do crescimento econômico causado por mudanças nas indústrias como maior eficiência dos fatores de produção e tecnologias. Porém, o colapso de 1998 fez a desigualdade retornar à uma tendência crescente, mas o desempenho do crescimento teve uma resposta rápida e o país voltou a crescer por causa dos investimentos, da desvalorização da moeda e da queda das taxas de juros. O gráfico 6 apresenta a evolução dessa relação.

Gráfico 6



Fonte: Banco Mundial e BRICS Joint Statistical Publication 2013.
 PIB *per capita* em valores constantes de 2000 em moeda nacional.

4.3 ÍNDIA

Young e Kathuria (2009) argumentam que o aumento da desigualdade de renda e de consumo entre os indivíduos da Índia foi maior desde as reformas no início dos anos 1990. Porém, a pobreza tem declinado, e as reduções tanto no setor urbano quanto no rural tem ocorrido nos estados mais pobres diminuindo a lacuna da desigualdade urbano-rural. A taxa de alfabetização tem tendência similar: a lacuna de desigualdade urbano-rural diminuiu. A taxa de mortalidade infantil declinou para quase metade desde 1960, uma das razões é o maior

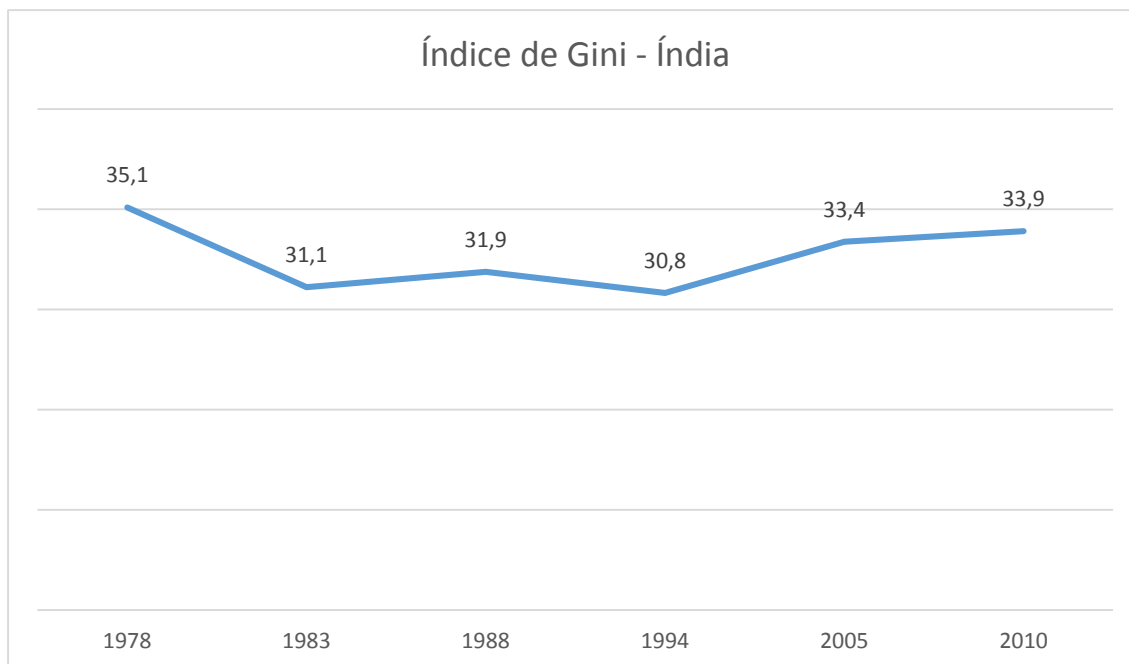
acesso a água limpa nos setores urbano e rural. Assim, todos os indicadores de pobreza mostraram progresso substancial e o *gap* urbano-rural se torna cada vez menor.

Os autores argumentam ainda que a desigualdade entre os indivíduos, medida pelo índice de Gini e outros indicadores, tem crescido. A principal razão é o relativo crescimento da renda dos mais ricos. Isso é válido nos dois setores fazendo com que a desigualdade aumentasse em todas as áreas. O crescimento médio no setor urbano foi ligeiramente maior que no setor rural, porém, o consumo continuou a crescer entre os menos abastados e como resultado, houve a redução da pobreza.

Apesar da maioria dos autores concordarem que o aumento da desigualdade na Índia tenha acontecido após as reformas de 1991, Sigh *et al.* (2002) argumentam que ao analisar a desigualdade de renda desde 1960 até 2000 não houve muita mudança. Veja o índice de Gini para a Índia no gráfico 7. O índice de Gini apresentado pelos autores é de 0,327 em 1960, 0,322 em 1980 e novamente 0,327 em 2000. A participação de renda dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos, respectivamente, era de 8,4% e 41,4% em 1960, 8,5% e 40,9% em 1980 e 8,7% e 41,8% em 2000.

Nos estados houve crescimento da desigualdade urbana no período de 1993-1994 para 1999-2000, porém em nenhum dos períodos ocorreu aumento da desigualdade de consumo no setor rural. Esse crescimento da desigualdade regional se dá por fatores que são necessários ao crescimento, em particular, a alocação eficiente dos capitais privado, estrangeiro e nacional.

Gráfico 7



Fonte: Banco Mundial

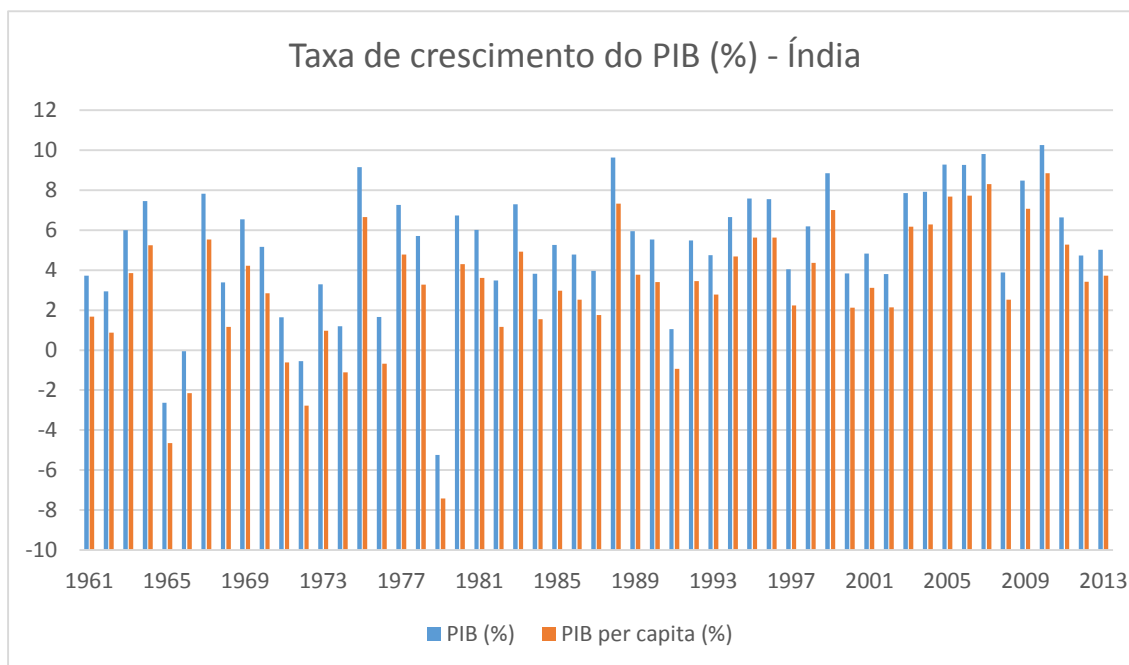
Entre anos de 1950-1984, a Índia foi marcada por altos níveis de proteção efetiva e ineficiência microeconômica, segundo Nassif (2006). A Índia pós independência (1947) sofreu influência de uma visão nacionalista e criou políticas domésticas e comerciais externas protecionistas, porém de uma forma tão exagerada, que por volta da década de 1970 a economia operava via bases autárquicas. A Comissão de Planejamento do governo da Índia foi criada em 1950 para formular e executar os Planos Quinquenais. Esses planos objetivavam o crescimento econômico, modernização e igualdade social e para isso eram formuladas políticas para maximizar a eficiência no uso dos recursos produtivos disponíveis no país.

O autor explana ainda sobre as políticas industriais. Elas foram destacadas pelo fato de conter ideias de uma economia fechada, isto é, um modelo de substituição de importações, que esteve vigente até meados da década de 1980, com pequenas liberalizações comerciais, já que a burocracia impunha severo conservadorismo das licenças de importação. No período de 1950-1980, o crescimento indiano foi de uma média anual de 3,7%, conhecido como taxa “hindu” de crescimento, mas em compensação, preservou a estabilidade de preços, passando seu processo de substituição de importações com baixas taxas de inflação.

A explicação do autor para o recente crescimento econômico, como pode ser visto no gráfico 8, está na junção de três fatores: as reformas estruturais para propiciar o aumento da produtividade na economia, políticas que visavam a geração de empregos e a estratégia de manter o planejamento e a presença do Estado em setores poucos atrativos à livre iniciativa. Além disso, o autor sugere que o aumento dos déficits fiscais derivados da expansão dos gastos públicos pode ter contribuído com o crescimento, porém, no longo prazo, o efeito pode ser inverso e o déficit oferecer impacto desfavorável ao crescimento.

Na mesma linha de pensamento, Vieira e Veríssimo (2009) argumentam que o crescimento econômico da Índia está relacionado com as reformas implementadas a partir de 1990 como a liberalização comercial, abertura ao investimento estrangeiro direto, modernização do sistema financeiro e redução dos monopólios do setor público. Existem autores que discordam desse pensamento e creditam às medidas adotadas para incentivar exportações, pelo governo Rajiv Ghandi, no período de 1985-1990, os pilares do crescimento econômico.

Gráfico 8

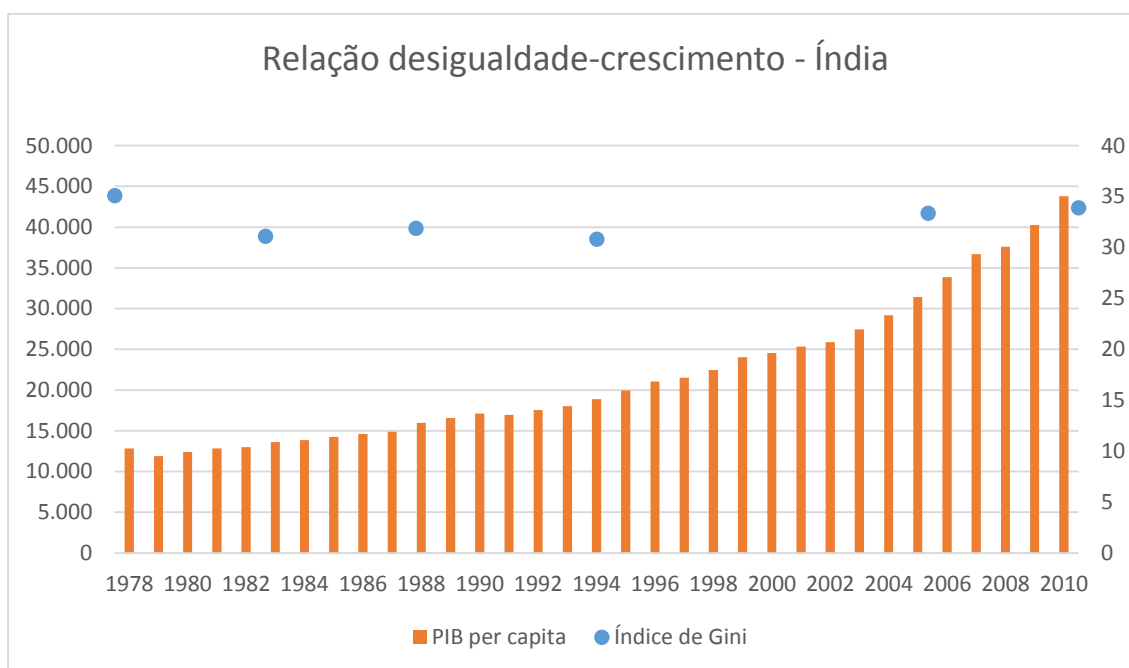


Fonte: Banco Mundial.

Até meados dos anos 1980, o crescimento econômico da Índia era conhecido como taxa “hindu” de crescimento. A economia era fechada, com

pequenas liberalizações acarretando em baixo crescimento. Esse período também apresentou altas taxas de desigualdade que foram intensificadas com as reformas no início dos anos 1990 por causa do aumento da renda dos mais ricos e pela crescente desigualdade entre as áreas urbana e rural. As reformas, no entanto, tiveram efeito positivo sobre o desempenho econômico devido a abertura comercial e ao investimento estrangeiro, à modernização do sistema financeiro e às outras medidas para incentivar as exportações. Assim, a economia indiana parece não corresponder ao padrão de U-invertido, proposto por Kuznets já que depois das reformas, apesar do crescimento ser positivo, ainda se observava taxas de desigualdade elevadas, como pode-se observar no gráfico 9.

Gráfico 9



Fonte: Banco Mundial.

4.4 CHINA

Em relação à distribuição de renda para o período de 1985 a 2001, Wu e Perloff (2005) a examinam para a população rural e urbana e também distribuição como um todo. O método utilizado é a estimação da curva de Lorenz associada aos índices de desigualdade: índice de Gini, o logaritmo derivado da renda e as comparações dos níveis de renda para áreas rural e urbana

separadamente. A análise principal é feita sobre a diferença entre as distribuições do setor urbano e do setor rural.

A desigualdade de renda agregada cresceu de forma substancial no período devido às desigualdades entre os setores rural e urbano, à diferença do nível de renda entre esses setores e ao deslocamento de pessoas entre as duas áreas. O aumento da desigualdade tanto dentro dos setores quanto entre os setores contribui igualmente para desigualdade agregada nos primeiros vinte anos da análise, porém, nos anos mais recentes, foram encontradas evidências de que a diferença na renda rural tem ganhado maior importância nesse processo.

Analizando ainda a desigualdade de consumo na área urbana, um indicador alternativo, o resultado foi de expansão da desigualdade. Ainda que seja menor quando comparada à desigualdade rural, na área urbana, a desigualdade cresce mais rapidamente. E essa tendência poderia se acelerar ainda mais se as famílias migrassem para o setor urbano, no entanto, o governo restringe essa livre movimentação. Por fim, os autores argumentam que se as diferenças entre as rendas urbana e rural persistirem, a desigualdade de renda continuará a aumentar por um extenso período e se mostrará contrária ao que prevê a curva de Kuznets.

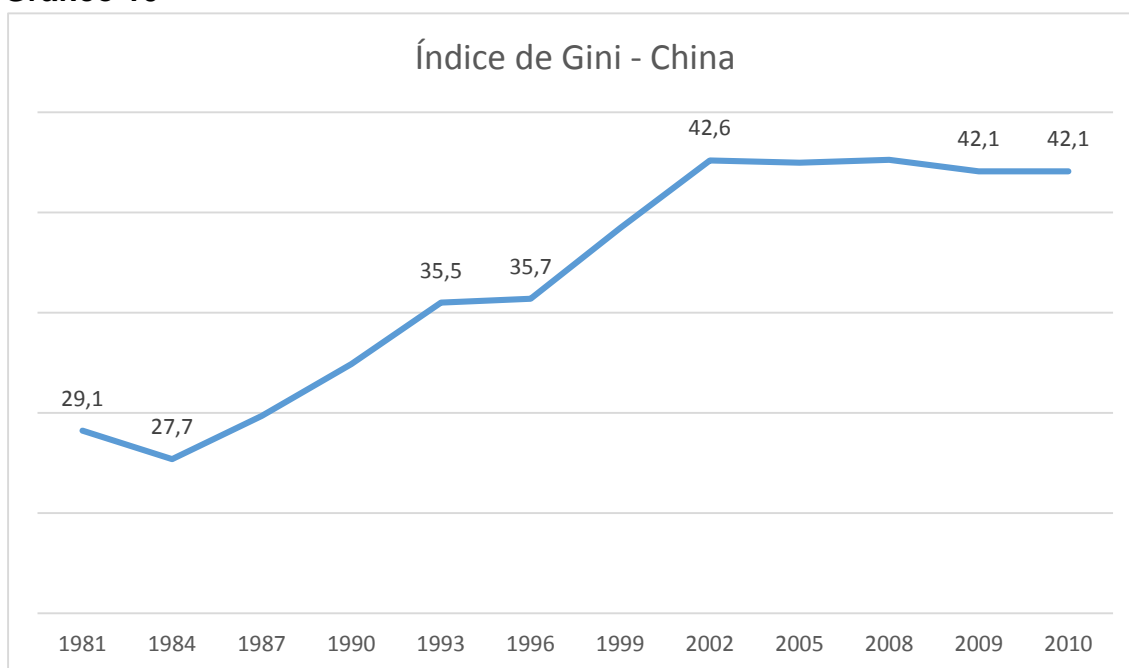
Observando a desigualdade de renda e pobreza para período de 1986 a 2000, semelhante ao anterior de Wu e Perloff, Meng, Gregory e Wang (2005) argumentam que apesar do anterior aumento da renda, as reformas implementadas nos anos 1990 expandiram a desigualdade na distribuição dessa renda e também a pobreza. O significativo crescimento da pobreza no começo da década de noventa foi uma combinação da necessidade de aumento de consumo na alimentação e em outros fatores e do aumento do nível de preços dos mesmos.

A alta taxa de pobreza persistiu entre os anos de 1993 e 1997 e pode estar relacionada a relativa queda da taxa de crescimento da renda entre 1994 e 1997 devido ao aumento do desemprego. Segundo o *National Statistical Bureau Urban Household Income and Expenditure Survey* (UHIES), a renda *per capita* cresceu em média 5,2% por ano em todo período analisado, porém entre 1994 e 1997 a taxa foi de 3,6%.

Os autores calcularam a desigualdade em termos de renda *per capita* e de despesas e em ambos os casos houve aumento no período. O índice de Gini cresceu de 0,20 em 1996 para 0,32 em 2000 corroborando com o aumento da desigualdade encontrada anteriormente e que pode ser vista no gráfico 10 abaixo. Um fator importante que contribui com esse rápido aumento é a crescente desigualdade entre as regiões.

Segundo Galbraith, Krytynskais e Wang (2003), a expansão da desigualdade acontece entre as regiões e também entre os setores. O setor que mais se beneficiou em relação a distribuição de renda com a transição chinesa foi o setor industrial com o poder de monopólio. Em contraste, o setor manufatureiro levou maior desvantagem, além da deterioração dos setores da agricultura e comércio.

Gráfico 10



Fonte: Banco Mundial

A China experimentou com a liberalização econômica um crescimento econômico sustentado e contínuo e melhora no padrão de vida da sociedade, segundo Galbraith, Krytynskais e Wang (2003). O PIB *per capita* da China praticamente quadruplicou durante a reforma econômica e mesmo com a elevada taxa de crescimento dos anos oitenta e a turbulenta dos anos noventa, houve significativo desenvolvimento e transformação na economia. Esse

crescimento se deu pelo aumento da produtividade da agricultura na primeira fase da reforma, depois os motivos eram o desenvolvimento da indústria leve e o grande investimento em habitação e infraestrutura urbana.

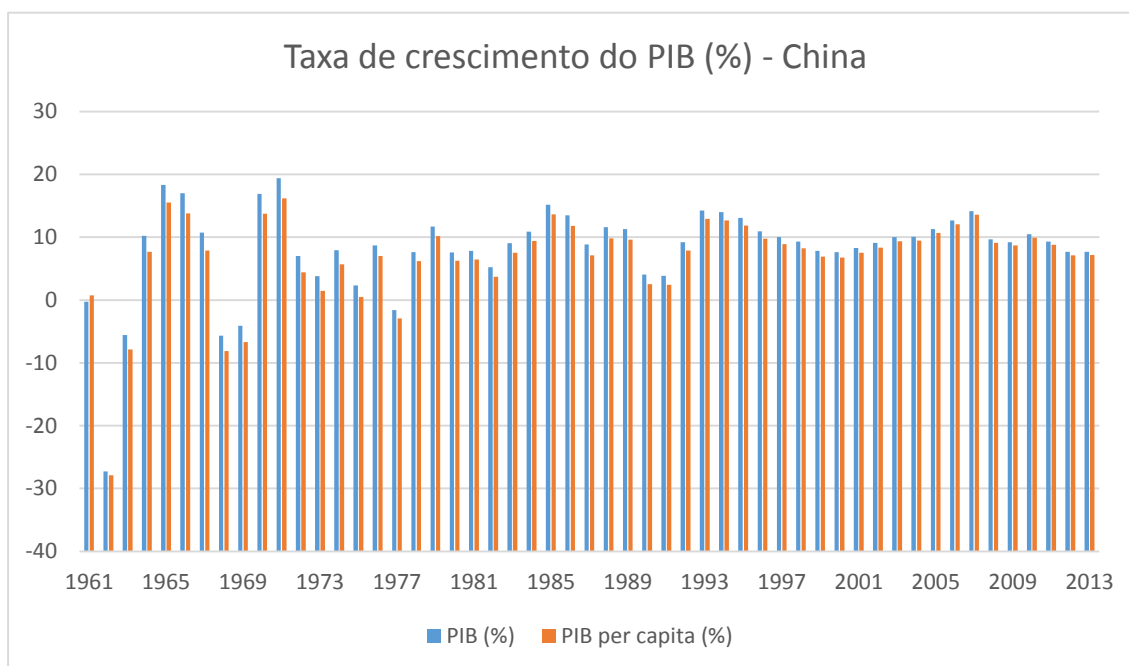
No começo da década de 1980, foi iniciada a abertura de cidades costeiras chinesas ao investimento estrangeiro e de fluxo de capitais para o interior, o que facilitou a transferência de tecnologia para as indústrias. O sucesso desse processo causou melhoria no padrão de vida e uma redução substancial da pobreza absoluta. No entanto, o ritmo lento de crescimento ao final da década produziu inflação, fator que deu suporte ao movimento político pró-democracia de 1989.

Na década seguinte, segundo os autores, a descentralização, a liberalização setorial e o desenvolvimento da capital afetaram o padrão da distribuição de renda. Verificando a desigualdade de renda na China tanto para a população urbana quanto para a rural, as duas apresentam trajetória similar de crescimento até metade da década de 1990, se estabilizando a partir de 1996 até 2000.

Os anos 1990 e o período de 2000-2005 foram objetivo de estudo de Vieira e Veríssimo (2009) e apontado como uma época de elevadas taxas de crescimento, sendo em média de 10% para os anos 1990 e de 9,4% entre 2000 e 2005. Veja o gráfico 11 abaixo que apresenta as taxas de PIB e PIB *per capita* para a China. Os fatores que contribuíram para tal desempenho são as altas taxas de investimento, a abertura comercial, políticas estimuladoras de exportações e os investimentos estrangeiros, o regime cambial rígido e investimento em capital humano.

Segundo os autores, a China possui capacidade de manter essas taxas elevadas, uma vez que ainda estão presentes os fatores causadores do crescimento. Apesar dos vários problemas econômicos, políticos e internacionais, como sistema bancário e empresas estatais ineficientes, disparidades regionais entre o trabalho manual e o altamente qualificado, tensões no comércio internacional devido ao câmbio desvalorizado e poluição ambiental, a economia chinesa tem condições de resolvê-los e manter o crescimento no longo prazo.

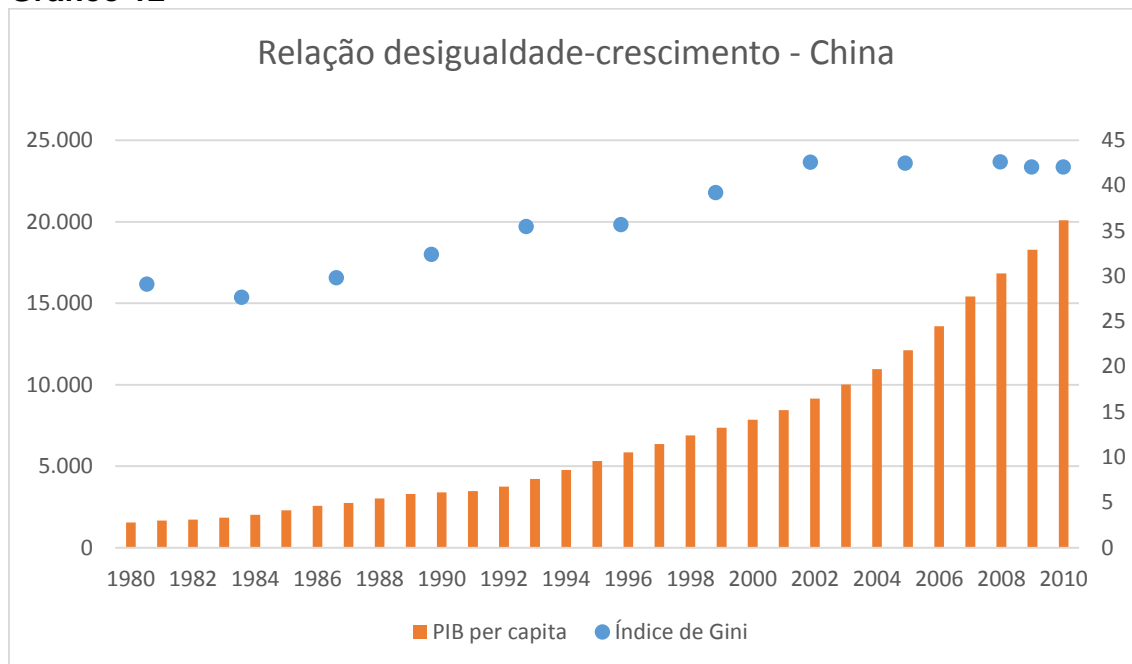
Gráfico 11



Fonte: Banco Mundial.

A desigualdade de renda na China é elevada desde antes das reformas econômicas e segue em uma trajetória de ascensão devido à desigualdade entre os setores rural e urbano, à diferença de renda entre os setores e a migração entre os dois setores. A liberalização econômica, iniciada no final da década de 1970 com a abertura das cidades costeiras, trouxe investimentos estrangeiros e tecnologia contribuindo para um melhor desempenho econômico, porém afetou negativamente a igualdade. Nos anos seguintes, a relação entre desigualdade e crescimento continua a mesma: a desigualdade continua crescendo simultaneamente com o crescimento econômico, como pode ser observado no gráfico 12 a seguir. Segundo Chan e Kulkarni (2006), se a hipótese de U-invertido de Kuznets se sustenta, parece que a China se encontra na primeira metade da curva.

Gráfico 12



Fonte: Banco Mundial.

PIB *per capita* em valores constantes de 2000 em moeda nacional.

4.5 ÁFRICA DO SUL

O período pós-apartheid trouxe consequências negativas para a igualdade social. O coeficiente de Gini apresentado por Hoogeveen and Ozler (2005) é 0,56, fazendo da África do Sul um dos países mais desiguais do mundo. A desigualdade alcança outros níveis: educação, saúde e infraestrutura básica como acesso a água potável, saneamento básico e moradia.

O desemprego na área rural é bastante elevado, demonstrando não só a escassez de atividade como também que os desempregados permanecem ou voltam para a área rural. Sob essas circunstâncias, é esperado um aumento na desigualdade devido ao aumento da renda de pequenos grupos de indivíduos qualificados e a estagnação ou queda da renda de grandes grupos de pessoas não qualificadas.

As mudanças da desigualdade foram medidas pelo índice de Gini e por uma medida de entropia geral de desigualdade. O primeiro índice apresentou um leve crescimento passando de 0,56 em 1995 para 0,58 em 2000, o segundo índice passou de 0,56 para 0,61. Portanto, ambos os indicadores apontam para um significativo aumento da desigualdade. A parcela de “desigualdade entre os grupos étnicos” contabilizada na desigualdade agregada caiu de 38,3% em 1995

para 33,2% em 2000, porém essa redução só ocorreu devido ao aumento da parcela de “desigualdade dentro dos grupos étnicos” na desigualdade agregada.

Esses grupos estão divididos em uma nação branca, relativamente próspera, independente do gênero ou dispersão geográfica, com acesso ao desenvolvimento econômico, educação e outras infraestruturas. A segunda e maior nação Sul-Africana é negra e pobre, vive em condições de subdesenvolvimento, sem acesso à educação e outras infraestruturas, relatam Nattrass e Seekings (2001).

Os autores argumentam que nos anos finais do Apartheid com a desracialização das antigas políticas discriminatórias, a crescente mobilidade ocupacional entre trabalhadores negros e o aumento do desemprego houve diminuição da desigualdade inter-racial, mas aumento da desigualdade intra-racial, especialmente entre a população negra. No pós-Apartheid, a desigualdade é impulsionada por dois hiatos de renda: o primeiro entre uma classe alta multirracial e todas as outras pessoas e o segundo entre uma classe média de trabalhadores urbanos e uma classe marginalizada de desempregados negros e pobres.

Entre os anos de 1975 e 1996, a parcela de renda recebida pela população negra cresceu de 20% para 36% enquanto a parcela recebida pelos brancos caiu de 71% para 52%, segundo os autores. Essa mudança se deve primeiro ao rápido crescimento da renda adquirida pelos trabalhadores negros e pela classe média. No entanto, essa queda da desigualdade inter-racial não foi capaz de reduzir a desigualdade agregada, pois a desigualdade intra-racial também cresceu.

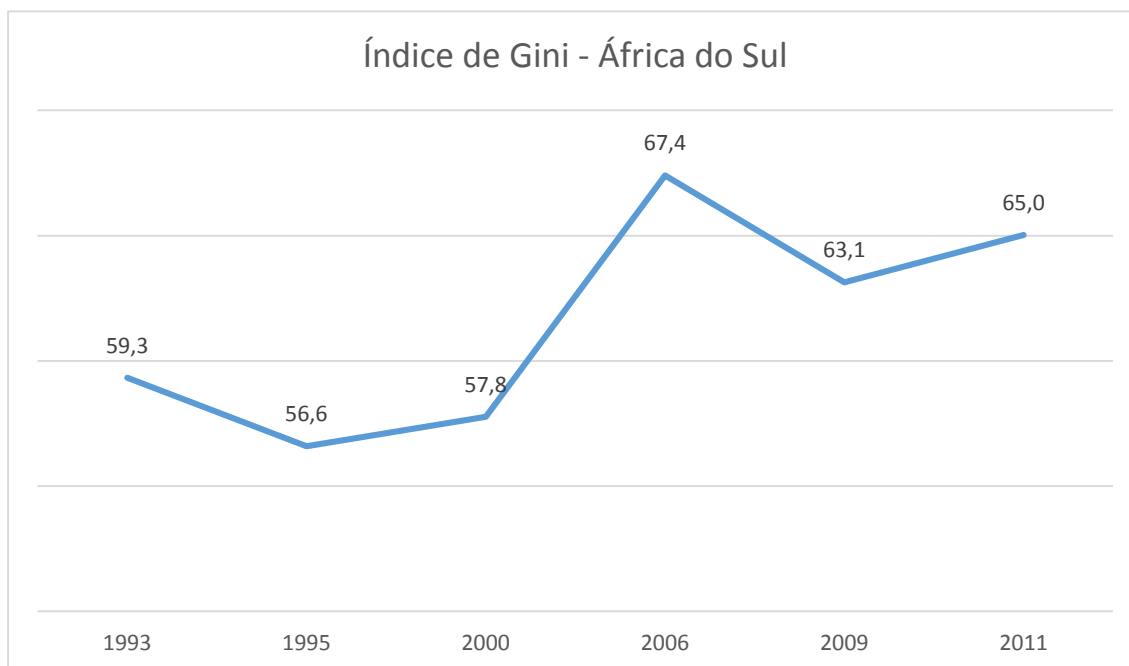
Os autores explicam que algumas políticas que afetam positivamente o mercado de trabalho e o crescimento econômico podem ter efeitos negativos na igualdade social. O acesso ao emprego é a chave para a igualdade na África do Sul. Com uma grande parcela da força de trabalho desempregada, a criação de empregos deve ser o ponto principal de qualquer estratégia que tenha como objetivo causar uma diminuição significativa e sustentável da pobreza e da desigualdade.

Leibbrandt *et al.* (2010) argumentam que a trajetória de desenvolvimento de longo prazo da África do Sul gerou uma sociedade com elevada desigualdade apoiada por um forte componente racial. Historicamente, esse foi um resultado

direto das políticas de privilégios raciais, abrangendo intervenções diretas no mercado de trabalho e preconceitos raciais para determinar onde as pessoas estão autorizadas a viver e os gastos em educação, saúde e serviços sociais. Essas políticas juntamente com o aumento do setor privado perpetuam o crescimento da desigualdade. Os quinze anos de transição pós apartheid não foram suficientes para eliminar esses fatores da sociedade sul africana e a desigualdade agregada se mantém elevada.

Verificando a evolução da desigualdade de renda e da pobreza entre anos de 1993 a 2008, os autores afirmam que a desigualdade cresceu consistentemente no período observado. A análise sugere que a desigualdade entre os grupos contribuiu para uma ligeira queda da desigualdade entre o período da democratização e 2000, como é mostrado no gráfico 13. A dinâmica do mercado de trabalho é importante para entender o crescimento da desigualdade devido a dois fatores, primeiro, ao grande percentual de domicílios que não tem acesso a esse mercado e segundo, a elevada desigualdade das rendas daqueles que tem acesso a tais ganhos. Esse último efeito parece ser maior.

Gráfico 13



Fonte: Banco Mundial.

A transição democrática da África do Sul, em 1994, criou expectativa de uma reviravolta dramática no desempenho econômico, segundo Plessis e Smit (2006). Sanções financeiras e de comércio e a oposição política interna ao governo do apartheid contribuíram com os piores 10 anos (1984-1993) de desempenho do crescimento e a remoção dessas restrições era amplamente esperada para transformar tal situação. Desde 1994, o crescimento tem melhorado, particularmente, quando comparado aos dez anos anteriores.

Os autores apresentam as estatísticas do crescimento econômico da África do Sul com foco nas taxas de PIB total, PIB *per capita* e na distribuição setorial, a partir da perspectiva de produção e despesas. A taxa de crescimento do PIB entre 1995 e 2004 é, em média 3% e do PIB *per capita* é 1%, o que significa um aumento, em média, de 0,8% em relação aos dez anos anteriores. Porém, considerada decepcionante por ser muito abaixo do que foi considerado necessário para apoiar uma transição duradoura para a democracia.

A evolução no desempenho econômico a partir de 1994 foi associado com uma melhora acentuada da despesa doméstica, que consistia principalmente em aumento das despesas com investimento fixo, bens de consumo e serviços. Embora, as exportações reais de bens e serviços tivessem aumento de 4,0% ao ano, em 1995, as importações reais apresentaram aumento de 5,4% ao ano, implicando em uma deterioração das exportações líquidas.

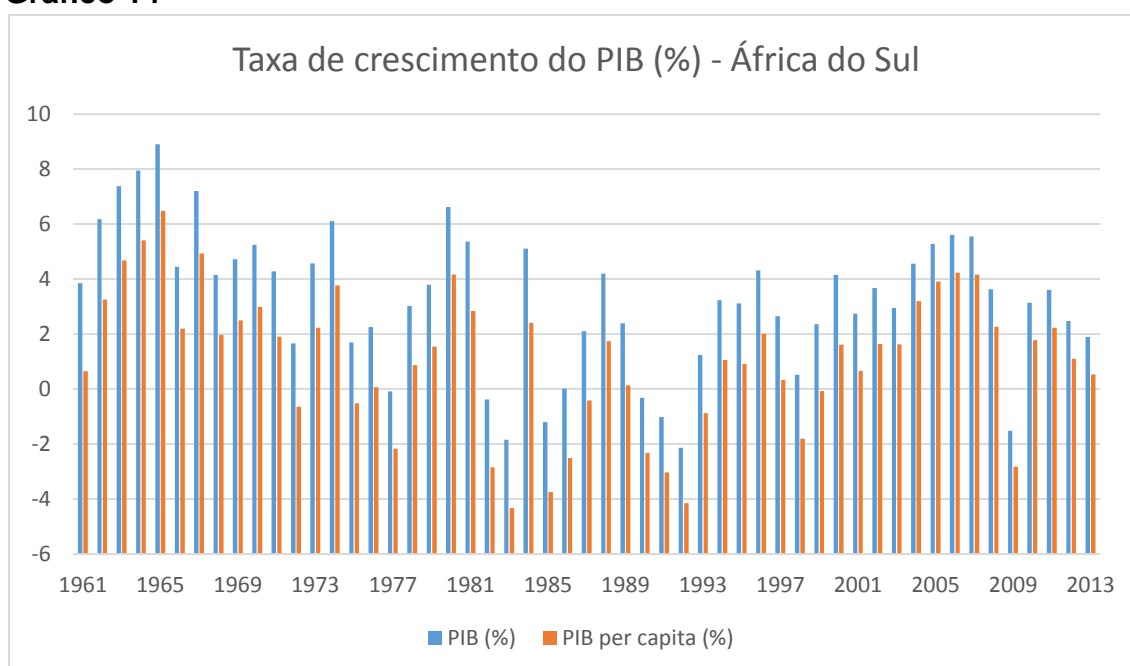
Identificar as contribuições relativas dos principais fatores de produção (capital e trabalho) e a produtividade total é uma forma de explicar a taxa de crescimento econômico na África do Sul, segundo Plessis e Smit (2006). O resultado dessa análise para os períodos de 1985 -1994 e 1995-2004 é que a contribuição dos fatores de produção e a produtividade total ao desempenho econômico, ao longo dos últimos anos, superaram os padrões médios.

Portanto, os autores concluem que a economia sul africana teve um desempenho aquém do esperado e não demonstrou a dinâmica econômica associada com as acelerações no crescimento de países desenvolvidos e em desenvolvimento. As condições iniciais eram desfavoráveis para um crescimento pós transição. À luz dessas pobres condições iniciais, o crescimento depois de 1994 e a estabilização da economia foi uma conquista impressionante.

Recentemente, a África do Sul tem se destacado no cenário econômico internacional por causa de sua ascendente taxa de crescimento do PIB, como

pode ser visto no gráfico 14. Essa taxa tem sido em média 4% ao ano entre 2000 e 2005, de acordo com Vieira e Veríssimo (2009). Um outro fator importante é a política de comércio exterior, tendo em vista que no período do Apartheid era marcada por alto nível de protecionismo, limitando importações e exportações. A atual política visa a competitividade de produtos primários e manufaturados por meio de proteção tarifária que favorece apenas *commodities*. Em épocas de quedas de demanda internacional por *commodities* e no preço do ouro no mercado externo, o resultado é um baixo crescimento econômico.

Gráfico 14

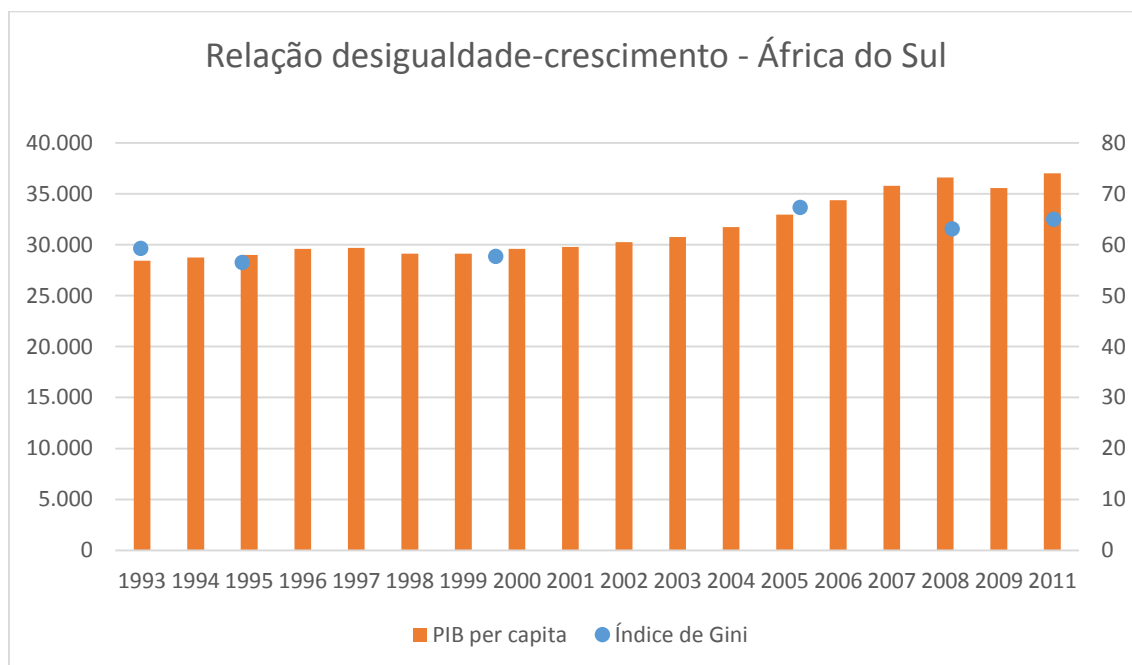


Fonte: Banco Mundial.

O governo do Apartheid foi responsável por um desastroso desempenho econômico e social na África do Sul, causados pelas políticas de privilégios raciais, intervenções diretas no mercado de trabalho e determinações de onde as pessoas vão morar e com o que gastar em educação, saúde e serviços sociais. Com o fim do Apartheid, houve queda da desigualdade inter-racial, porém não foi suficiente para diminuir a desigualdade agregada, pois a desigualdade existente dentro dos grupos étnicos aumentou fazendo com que a desigualdade agregada permanecesse alta. O desempenho econômico teve um resultado oposto. O aumento das despesas em investimentos fixos, bens de consumo e serviços, além da melhora dos fatores de produção e da produtividade total, contribuíram para recuperação do crescimento econômico.

Desde os anos 2000, o crescimento tem se mostrado positivo e a desigualdade, apesar de extremamente alta, tem mostrado uma ligeira queda, como mostra o gráfico 15 a seguir.

Gráfico 15



Fonte: Banco Mundial.

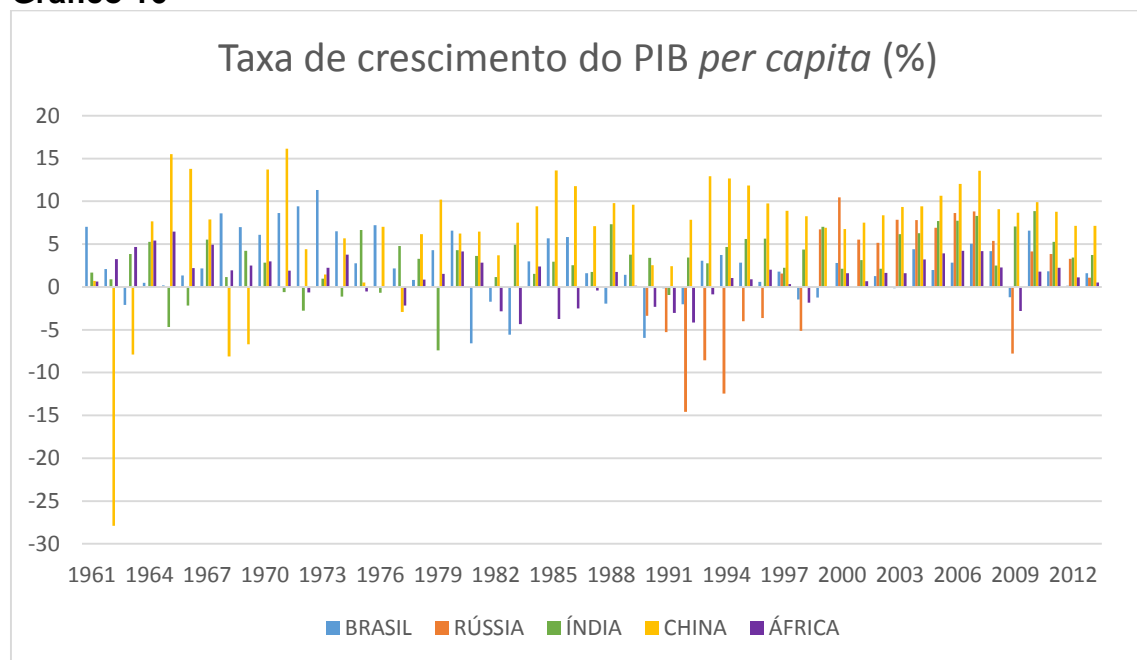
PIB *per capita* em valores constantes de 2005 em moeda nacional.

4.6 RESULTADOS COMPARATIVOS

O crescimento do PIB *per capita* do Brasil apresentou altas taxas até a década de 80, em que houve diversos desequilíbrios e em alguns anos as taxas passam a ser negativas. Nesta mesma década a Índia passa pelo período “hindu” de crescimento, em que as taxas são relativamente baixas. A China também na década de 80 já apresenta altas taxas diferentemente da África do Sul que sofreu grandes oscilações nessas taxas e assim como o Brasil, em alguns anos essas taxas são negativas, como pode ser visto no gráfico 16 abaixo. A partir da década de 1990, o crescimento do Brasil tem sido baixo, chegando a ser negativo em 2009 devido a crise financeira internacional, assim como ocorreu na Rússia e na África do Sul, veja o gráfico 17 abaixo que destaca esse período. O colapso da União Soviética foi devastador para o crescimento do país, a Rússia só se recuperou de fato a partir de 1999 chegando a ter a maior taxa de PIB *per capita* na comparação dos cinco países no ano de 2000 e sendo

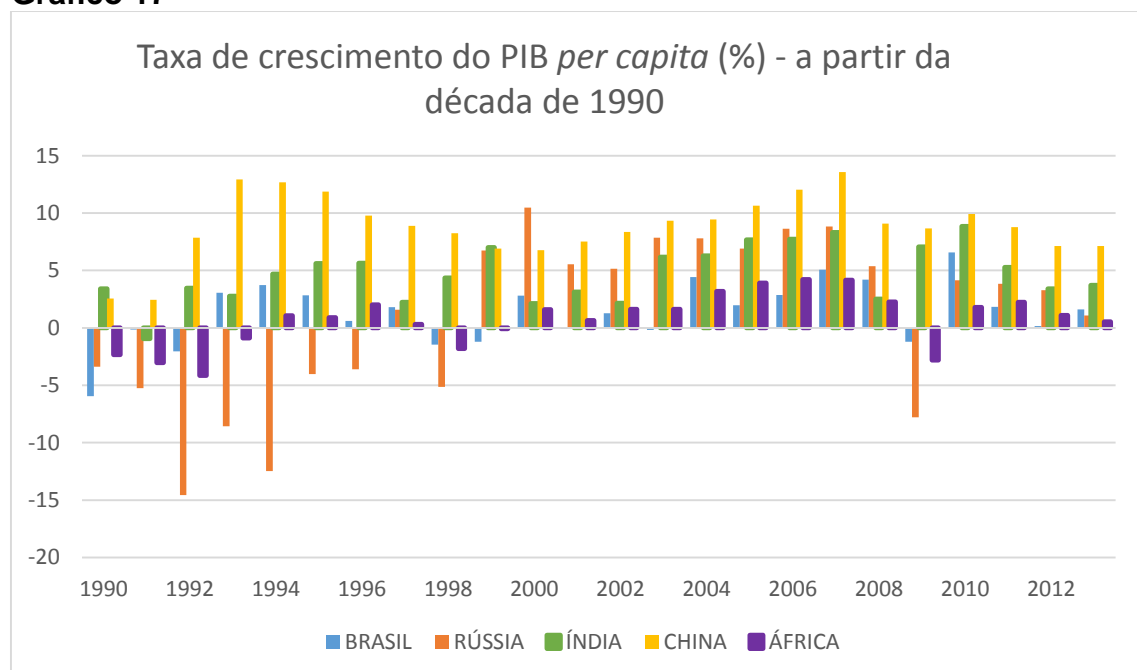
apenas menor que a China até 2007. A Índia e a China apresentam a partir dos anos 1990 comportamentos oscilantes, porém sempre positivo diferindo dos outros 3 países. A África do Sul teve um desempenho significativo com o fim do Apartheid e assim como na China e Índia, as reformas institucionais impulsionaram o crescimento econômico.

Gráfico 16



Fonte: Banco Mundial

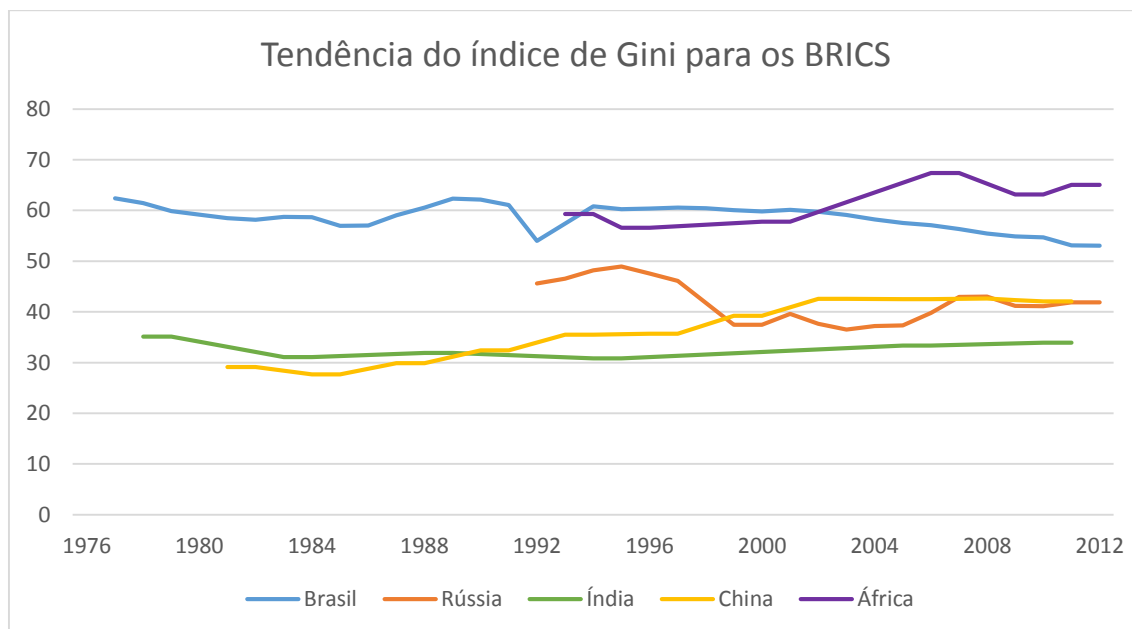
Gráfico 17



Fonte: Banco Mundial

O gráfico 18 abaixo, construído com base nos índices de Gini divulgados pelo Banco Mundial, mostra uma tendência da distribuição de renda de cada país dos BRICS. Percebe-se que o Brasil, apesar de ter apresentado queda da desigualdade a partir dos anos 2000, possui um índice de Gini elevado. Isto é, mesmo com a recente melhora na distribuição ainda apresenta grande concentração de renda e quando comparado aos outros países só não apresenta taxa pior que a da África do Sul. A Rússia confirma seu comportamento oscilante, porém o índice de desigualdade mesmo tendo crescido com a nova crise de 1998, está abaixo de Brasil, China e África do Sul. A Índia comprova que a desigualdade, apesar de alta, não sofreu grandes alterações, mas aumentou após as reformas iniciados nos anos 1990. No entanto, na comparação com os outros países, a Índia seria o país menos desigual. China e África do Sul apresentam crescimento acelerado do índice de Gini, principalmente após as transformações que ocorreram em cada um dos países em meados da década de 1990. Mesmo com a rápida deterioração da distribuição de renda, a China ainda possui índice melhor que o Brasil. E África do Sul, na comparação entre os cinco países é o que apresenta maior concentração de renda.

Gráfico 18



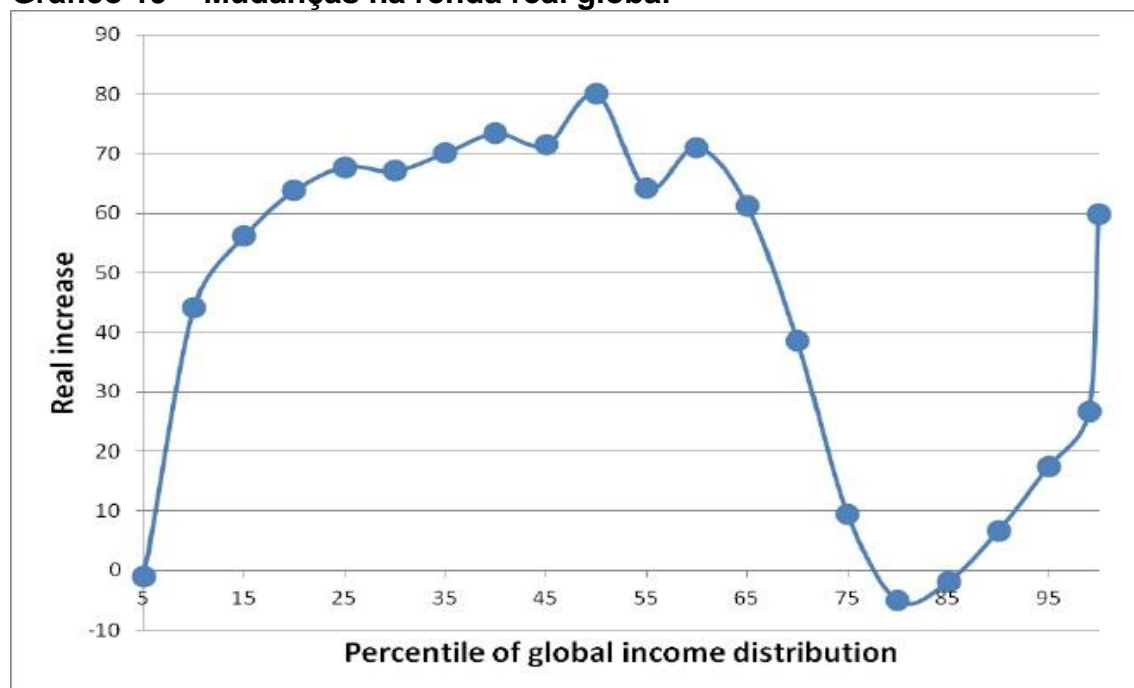
Fonte: Construção da tendência é de autoria própria baseada em dados do Banco Mundial.

O crescimento econômico dos BRICS foi o que chamou atenção do economista Jim O'Neill para criar esse acrônimo em 2001. Desde esse período,

os países têm apresentado desempenho positivo apesar do ano de 2009. No entanto, Brasil e África do Sul tem enfrentado dificuldade em manter uma tendência ascendente de crescimento econômico. A elevação das taxas de crescimento está acompanhada pelo aumento da desigualdade de renda, com exceção do Brasil. Todavia, apesar do Brasil ser uma exceção, as suas taxas de concentração de renda são extremamente altas.

Na comparação dos BRICS com o resto do mundo, pode-se analisar o trabalho de Milanovic (2012) que utilizou mudanças na renda real, em dólares constantes de 2005, entre 1988 e 2008, em vários percentis da distribuição do rendimento global para avaliar quem são os ganhadores e os perdedores das últimas duas décadas de globalização. Em primeiro lugar, os muitos ricos, que estão no topo das distribuições nacionais e globais de renda e, segundo, as classes médias das economias de mercado emergentes. A renda real do *top* 1% tem crescido em mais de 60% nas últimas duas décadas. Os maiores aumentos foram registrados entre o percentil 50 e 60 da distribuição de renda global em que se encontra os BRICS. A média foi de 80% de aumento da renda para esse intervalo de percentil. Por exemplo, em 1988, uma pessoa com renda média na China era mais rica que apenas 10% da população mundial. Em 2008, essa mesma pessoa mantendo a mesma posição dentro da distribuição de renda chinesa, era mais rica do que mais da metade da população mundial.

Gráfico 19 – Mudanças na renda real global



Fonte: Retirado do trabalho de Branko Milanovic (2012).

5 OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA OS BRICS

O interesse pelos BRICs, iniciado em 2001, por Jim O'Neill, fez com que Wilson e Purushothaman (2003), também da Goldman Sachs, avaliassem essas economias para os próximos 50 anos. Utilizaram projeções demográficas e um modelo de acumulação de capital e o crescimento da produtividade para mapear o crescimento do PIB, a renda *per capita* e as flutuações cambiais até 2050. E compararam os resultados dos BRICs (nesse caso a África do Sul ainda não estava incluída) com os países do G6 (Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Alemanha, França e Itália). Os resultados sugerem que se a situação for sempre favorável a esses países, a economia da Índia, por exemplo, poderia ser maior que a do Japão em 2032, a China poderia ser maior que os Estados Unidos em 2041 e as economias dos BRICs em conjunto poderia ser maior que o G6 em 2039.

Os autores admitem que existe uma boa chance de que as condições adequadas possa falhar em uma ou outra economia e as projeções não serão realizadas. No entanto, caso os BRICs prossigam com políticas sólidas, as projeções podem vir a ser uma realidade. As projeções demonstram que o progresso dos BRICs é fundamental para compreender a evolução da economia mundial, pois se essas economias executarem toda a sua potencialidade de crescimento, elas podem se tornar uma força dominante ao longo das próximas décadas.

São apontados pelos autores alguns pontos-chaves que descrevem as mudanças ao longo dos próximos 50 anos: dimensão da economia, crescimento econômico, rendimento e demografia, padrões de demandas globais e as flutuações cambiais. Em menos de 40 anos, as economias dos BRICs em conjunto serão maiores que o G6 em termos de dólar. E dos atuais países que compõem o G6, somente Estados Unidos e Japão permanecerão como as maiores em 2050. A Índia tem potencial de mostrar o mais rápido crescimento entre os BRICs. Apesar do crescimento deste grupo ser mais rápido que dos países do G6, a população dos países dos BRICs ainda é susceptível de ser mais pobres, em média, do que a população das economias do G6 até 2050. No entanto, a renda *per capita* da China poderia ser semelhante a apresentada pelas economias desenvolvidas. O declínio da população em idade ativa pode

acontecer mais tarde do que nas economias desenvolvidas, porém será mais acentuado na Rússia e na China do que na Índia e no Brasil. As taxas de câmbio reais dos BRICs poderiam se apreciar em até 300% nos próximos 50 anos.

As projeções de Wilson e Purushothaman (2003) sobre o G6 permitem que as trajetórias do PIB e do PIB *per capita* dos BRICs sejam comparadas com as das economias mais avançadas. As mudanças nessas duas variáveis ocorrem de forma constante ao longo do período, porém é mais dramática nos primeiros 30 anos. Os BRICs passam a dominar o G6, como uma fonte de crescimento no poder de compra, dentro de 10 anos. Três argumentos que apoiam os resultados merecem destaque: as previsões para o crescimento do PIB nos próximos 10 anos não estão em descompasso com os pressupostos de crescimento do FMI; a evolução do PIB nos BRICs é menos significativa do que algumas economias alcançaram ao longo das últimas décadas, ou seja, as projeções não assumem um crescimento de “milagre econômico”; e quando essas projeções são comparadas ao modelo econométrico de Levine e Renelt (LR), que explica o crescimento médio do PIB nos próximos 30 anos, as suposições são razoáveis.

Para que as projeções estejam corretas, afirmam os autores, é necessário que os BRICs estejam em um contexto macroeconômico estável com políticas sólidas, ou seja, baixa inflação, finanças públicas sólidas e taxa de câmbio bem gerida que favoreça o crescimento. É preciso também ter instituições políticas fortes e estáveis, elevar o grau de abertura ao comércio e ao investimento estrangeiro direto e alcançar níveis mais altos de educação. Caso essas condições não se mantenham, as projeções dos autores serão superestimadas. No entanto, se o Brasil e a Índia avançarem mais rapidamente do que o esperado, a taxa de investimento pode ser maior do que o previsto e a convergência mais rápida.

Apesar de focarem nos BRICs, os autores não sugerem que o desenvolvimento em outros lugares é menos importante. Por isso, se interessam pela África do Sul, já que é a maior economia da região africana e apresenta o mesmo tipo de processo de crescimento que as outras quatro economias em desenvolvimento. A análise aponta que a África do Sul pode crescer a uma taxa média de 3,5% ao longo dos próximos 50 anos, se as políticas corretas forem postas em prática. Além disso, essas condições para o crescimento são as

mesmas para os BRICs. O problema da AIDS e o impacto que terá sobre o mercado de trabalho juntamente com a dinâmica populacional é um risco e um desafio que não se encontra em outro lugar. As projeções apontam ainda que a economia sul africana seria significativamente menor que os BRICs em 2050, porém seu PIB *per capita* seria superior.

Ressaltando o trabalho anterior de Wilson e Purushothaman (2003) em que os principais fatores para que os BRICs cresçam de forma sustentável são a estabilidade macroeconômica, as instituições, a abertura comercial e a educação, Bell (2011) dá maior enfoque ao terceiro fator. A autora aponta alguns indicadores de liberdade econômica que estão relacionados a abertura comercial como o tamanho e os gastos do governo, os tributos, a estrutura legal, direitos de propriedade, liberalização ao comércio internacional e regulação do crédito, do trabalho e dos negócios. Analisando esses indicadores, argumenta que os BRICs e os países do G6 estão indo em direção a uma convergência em termos de liberdade econômica. Esse fato suporta as projeções de Wilson e Purushothaman (2003).

Segundo a autora, *The World Economic Forum (2010)* produziu uma reportagem sobre competitividade global, dividindo os países em três estágios de desenvolvimento baseado no PIB *per capita* (em US\$). O primeiro estágio conta com os fatores básicos: instituições, infraestrutura, ambiente macroeconômico, saúde e educação primária. Ser uma potência eficiente é o segundo estágio por possuir as seguintes características: educação superior, eficiência do mercado de bens e do mercado de trabalho, mercado financeiro desenvolvido, tecnologia e tamanho de mercado. No último estágio consta fatores de inovação e sofisticação. Todos os países do G6 se encontram no terceiro estágio de desenvolvimento enquanto o Brasil, a China e a Rússia estão no segundo e a Índia ficou para trás, se posicionando no primeiro estágio.

Bell (2011) ainda apresenta os maiores problemas em fazer negócios com os BRICs individualmente. O Brasil apresenta problemas com regulamentos fiscais, alíquotas de impostos, fornecimento insuficiente de infraestrutura, regulamentos trabalhistas restritivos, ineficiência na burocracia governamental. A China tem problemas com: acesso ao financiamento, instabilidade política, corrupção, ineficiência na burocracia governamental e inflação. Os desafios da Índia são: fornecimento insuficiente de infraestrutura, corrupção, ineficiência na

burocracia governamental, regulamentos trabalhistas restritivos e acesso ao financiamento. E por último, as dificuldades da Rússia são: corrupção, acesso ao financiamento, regulamentos fiscais, crime e roubos e inflação.

Seguindo essa linha sobre perspectivas, desafios e oportunidades nos BRICs, Hawksworth e Chan (2013) da PwC³ macroeconomics desenvolvem um modelo usando dados de PIB de 2011 do Banco Mundial e suas próprias projeções de crescimento do PIB real entre 2012 e 2017 para estimar taxas de crescimento entre 2018 e 2050. As estimativas de crescimento de longo prazo são impulsionadas pelos seguintes fatores: crescimento da população em idade ativa, ampliação do capital humano e do capital físico e crescimento da produtividade total dos fatores estimulado pelo progresso tecnológico.

Existem muitas incertezas a respeito dessas projeções, argumentam os autores, por isso deve-se dar mais atenção às tendências em vez dos números. As conclusões gerais devem ser robustas a essas incertezas, desde que não haja choques catastróficos que desviem o processo de desenvolvimento econômico global de uma base sustentável. Deve-se fazer distinção dos choques e das variações de curto prazo, estas podem inevitavelmente ocorrer em menor ou maior proporção em todas as economias.

Os autores comparam o G7 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá) com as sete maiores economias emergentes, o E7 (China, Índia, Brasil, Rússia, Indonésia, México e Turquia). As projeções sugerem que os países do E7 serão mais de 50% maior que os países do G7 em 2050, quando mensurado pelo PIB medido pela taxa de câmbio de mercado (TCM), e cerca de 75% maior, em termos de paridade de poder de compra (PPC). Atualmente o tamanho do E7 é pouco menos da metade do tamanho do G7 baseado em PIB de TCM e pouco mais de 80%, com base no PIB medido em termos de PPC.

As economias do E7 poderiam ultrapassar os países do G7, em termos de PPC, já em 2017. Essa rápida convergência entre esses dois grupos foi acelerada pelo fato de que os países desenvolvidos têm sido mais lentos para se recuperar da recessão de 2008/09, enquanto as economias emergentes têm crescido isoladamente apesar de uma desaceleração em 2011/12. As trajetórias

³ "PwC" refere-se à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited (PwCIL), cada uma das quais é uma entidade legal distinta.

de crescimento do E7 e do G7, em termos de TCM, apresentam quadro semelhante com a ressalva do ano de ultrapassagem do E7 ser 2030. Isso ocorre porque os níveis de preços nas economias do E7 são, em média, mais baixos que do G7 quando comparado com as taxas de câmbio do mercado atual, explicam os autores.

Grande parte do crescimento projetado nas economias do E7 será impulsionada pela China e Índia, afirmam Hawksworth e Chan (2013). Em 2050, China, Estados Unidos e Índia são susceptíveis de serem as três maiores economias do mundo. A China poderá superar os EUA em 2017, em termos de PPC, e por volta de 2027 ultrapassá-lo, em termos de TCM. A Rússia poderá superar a Alemanha antes de 2030, tornando-se a maior economia europeia, porém em *ranking* internacional poderá ser ultrapassada pelo Brasil antes de 2050.

Portanto, as economias emergentes devem crescer muito mais rápido que outras atuais economias avançadas, afirmam os autores ao analisarem as taxas médias de crescimento real do PIB, do PIB *per capita* e da população ao longo do período de 2011 a 2050. A Índia tem forte potencial de crescimento na região asiática, tanto devido a sua própria dinâmica quanto pela atração da economia chinesa. O crescimento chinês deve se desacelerar após 2020. O aumento na produtividade do trabalho será o principal motor do crescimento após 2020 e a estrutura etária da população da China vai se tornar cada vez menos jovem. No entanto, o crescimento chinês deve permanecer em torno de 3-4% ao ano, acima das projeções para os Estados Unidos.

As projeções de crescimento descritas pelos autores não consideram catástrofes globais e elas só serão realizadas caso os países continuem a seguir as políticas favoráveis ao crescimento. Existem muitas incertezas em torno dessas projeções e muitos desafios precisam ser superados para alcançar um crescimento global sustentável. Alguns riscos podem ser: retornos decrescentes para o investimento de capital nas economias emergentes, como a China e a Índia, onde os bancos estatais continuam a desempenhar um papel dominante; desaceleração da taxa de progresso na fronteira tecnológica; maior protecionismo, prejudicando o comércio global e o investimento; e possíveis limitações de recursos naturais como energia, água, alimentos e biodiversidade,

como no Brasil atualmente, onde se tem notado o maior protecionismo, menor investimento e problemas com oferta de energia e até água em certos lugares.

Hawksworth e Chan (2013) ainda apontam que a expansão das economias emergentes trará oportunidades aos varejistas com fortes modelos de franquia, proprietários de marcas globais, serviços comerciais e financeiros, indústrias criativas, profissionais de saúde e de educação e fabricantes de nicho de alto valor agregado. Aqueles que enfrentarão um certo desafio são: fabricantes de mercado em massa, tanto de baixa tecnologia quanto de alta tecnologia como a China, empresas de serviços financeiros expostos em seus mercados domésticos, empresas mais comprometidas com os mercados emergentes sem os parceiros locais certos e sem estratégias de negócios.

Os autores concluem que escolher vencedores e perdedores a nível setorial dependerá de detalhes de um determinado mercado e quão bem a estratégia de entrada de empresa é executada. Os maiores riscos associados com os mercados emergentes também precisam considerar avaliações de projetos e aquisição. As oportunidades e desafios para as empresas aconteceram porque China, Índia, Brasil e outros países emergentes se tornaram locais não só de produção de baixo custo, mas de grande mercado consumidor. Os mercados emergentes podem ser lugares difíceis de fazer negócios. É importante entender e se adaptar às regras locais, regulamentos e costumes. A estratégia certa de entrada e os parceiros certos são cruciais, assim como as boas relações com os órgãos governamentais e os reguladores locais.

Apesar dos grandes desafios, os BRICS possuem grandes oportunidades. A cooperação intra-BRICS tem se tornado cada vez mais forte e para dar continuidade a esse processo foi montada uma agenda que engloba áreas como finanças, agricultura, economia e comércio, combate a crimes transnacionais, ciência e tecnologia, saúde, educação, instâncias empresariais e acadêmicas, seguranças e outros assuntos. Em julho de 2014 foi realizada a VI Cúpula dos BRICS com foco na inclusão social, no desenvolvimento sustentável e na contribuição do crescimento econômico na redução da pobreza. Com o tema “Crescimento inclusivo: soluções sustentáveis”, dentre os diversos acontecimentos desta Cúpula, foi criado o Novo Banco de Desenvolvimento, uma nova frente de cooperação.

A Declaração e Plano de Ação de Fortaleza, um documento alusivo à VI Cúpula, propõe diversas soluções para o crescimento sustentável como promover a inovação, a investigação e o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) que fomentam o crescimento sustentável e a inclusão social; promover o desenvolvimento de tecnologias de energia renovável e limpa e de tecnologias de eficiência energética; trabalhar em um processo intergovernamental inclusivo, transparente e participativo para a criação de uma agenda de desenvolvimento econômico, social e ambiental considerando as diferentes realidades e níveis de desenvolvimento de cada país; investir em educação e garantir que seja equitativa, inclusiva e de qualidade; promover maior conscientização, entendimento e apreço pela arte e cultura de cada país, etc. Além disso, faz a seguinte referência ao Novo Banco de Desenvolvimento:

Os BRICS, bem como outras economias de mercado emergentes e países em desenvolvimento, continuam a enfrentar restrições de financiamento significativas para lidar com lacunas de infraestrutura e necessidades de desenvolvimento sustentável. Tendo isso presente, temos satisfação em anunciar a assinatura do Acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento, com o propósito de mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outras economias emergentes e em desenvolvimento. Manifestamos apreço pelo trabalho realizado por nossos Ministros das Finanças. Com fundamento em princípios bancários sólidos, o Banco fortalecerá a cooperação entre nossos países e complementará os esforços de instituições financeiras multilaterais e regionais para o desenvolvimento global, contribuindo, assim, para nossos compromissos coletivos na consecução da meta de crescimento forte, sustentável e equilibrado.

Para cumprir o objetivo almejado, o Banco apoiará projetos públicos ou privados seja por empréstimos, garantias, participações no capital ou outros instrumentos financeiros e irá cooperar de forma igualitária com organizações internacionais e outras entidades financeiras e prestar assistência técnica a projetos apoiados pelo Banco, segundo o Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento assinado pelos governantes dos 5 países. O Banco terá um capital autorizado inicial de US\$ 100 bilhões e um capital inicial subscrito de US\$ 50 bilhões que será repartido igualmente entre os membros fundadores. O poder de voto de cada membro corresponde exatamente às ações subscritas no capital social do Banco. A associação estará aberta aos membros das Nações Unidas, conforme as disposições do Estatuto do Banco, e a membros mutuários e não mutuários.

Tennitz (2014) apresentam o Arranjo Contingente de Reservas (ACR) que também foi assinado no encontro de Fortaleza. Esse acordo visa disponibilizar até US\$ 100 bilhões de reservas dos países para se ajudarem mutuamente em casos de problemas com balanço de pagamentos. A maior cota é da China, com US\$ 41 bilhões. A cota do Brasil, Rússia e Índia será de US\$ 18 bilhões cada um e da África do Sul será de US\$ 5 bilhões. Somente 30% do valor da cota poderá ser retirado como empréstimo de curto prazo. Caso seja desejado retirar valores maiores, será necessário negociar um acordo de ajuste de contas com o FMI.

Arraes (2014) trata da importância do arranjo e afirma que este será muito importante na prevenção de crises, especialmente nas de liquidez de curto prazo. Como complementa os arranjos internacionais existentes, acaba por fortalecer a rede de segurança financeira mundial. A autora destaca alguns pontos que devem ser considerados para fazer uma avaliação completa desse acordo, são eles o grau de compromisso político, existência ou não de riscos de contágio em caso de crise em um dos países, adequação dos montantes e estrutura de governança. Os montantes anunciados podem não ser suficientes para prevenir em crises de balanço de pagamentos. Por exemplo, no Brasil, o valor é menos de um quarto do déficit em conta corrente dos últimos doze meses.

A governança desse mecanismo é composta por um Conselho de Governadores e um Comitê Executivo e tem como objetivo equilibrar as diferenças de tamanho e poder econômico dentro do grupo, segundo a autora. No entanto, é necessário ter cuidado para que não ocorra um engessamento do mecanismo em termos de sua evolução estratégica, já que as decisões do Conselho são tomadas por meio de consenso. E as decisões por maioria simples dos votos, como é a decisão do uso dos recursos, pode resultar em assimetrias de poder dentro do grupo, especialmente a favor da China.

A autora conclui que esse acordo está em harmonia com os demais arranjos de cooperação financeira internacional e sua concretização mostra um comprometimento dos BRICS em aprofundarem suas relações e atuarem como um grupo coeso. Isso torna possível fortalecer a capacidade desse grupo de influenciar no sistema financeiro mundial.

Em relação ao banco dos BRICS, uma das características apontada por Tennitz (2014) é a governança compartilhada. Isso quer dizer que haverá rodízio

entre os países membros para os cargos de dirigentes. O primeiro presidente executivo será indicado pela Índia seguida pelo Brasil, Rússia, África do Sul e China. O Conselho de Governadores que define estratégias de atuação do banco será inicialmente comandado pela Rússia. E o Conselho de Diretores, responsável pela condução das operações gerais do banco, será presidido inicialmente pelo Brasil. Além dessa característica, o banco pretende ser inovador em suas operações. A principal diferença será não estabelecer exigências de ações de política econômica, nem condicionar a liberação de recursos a aspectos que não sejam a viabilidade econômica e ambiental dos projetos financiados.

Analisando sua importância, o autor afirma que a intenção não é substituir as tradicionais fontes de financiamento, mas sim ter mais uma possibilidade de mobilização de recursos para as economias em desenvolvimento. Ainda é ressaltado que os resultados não devem ser sentidos de imediato por dois motivos: primeiro, ainda é necessária a ratificação do acordo pelo parlamento de cada país e segundo, mesmo com a expectativa que o banco comece a funcionar em 2016, a capacidade plena de operação do mesmo só será atingida na próxima década.

Concordando com a constituição de um fundo pelos BRICS, objetivando a defesa de suas próprias economias contra os impactos de crises econômicas e financeiras internacionais está Joseph Stiglitz, ex-economista chefe do Banco Mundial e Nobel de Economia, afirmam Moreira Júnior e Figueira (2014). Stiglitz defende a necessidade de alternativas ao financiamento das economias dos países em desenvolvimento e explica que um banco de desenvolvimento com a finalidade de atender as necessidades dos países emergentes pode gerar um fôlego maior às instituições multilaterais e aos fundos de assistência externa. Além disso, sendo possível canalizar a liquidez dessas economias para investimentos produtivos, o resultado sobre a economia global seria positivo, minimizando instabilidades dos mercados financeiros globais.

Moreira Júnior e Figueira (2014) argumentam que a criação do Banco dos BRICS favorecerá um desenvolvimento sustentável e um incremento das capacidades sociais de produção, como a qualificação técnica e profissional das pessoas, da estrutura de inovação tecnológica e na criação de um novo polo político-econômico fortalecido para competir com os agentes econômicos

internacionais. A criação do Banco funcionaria como elemento aglutinado dos esforços dos BRICS para atrair investimento e poderia também conferir maior potencial de negociação por reformas do FMI e do Banco Mundial. Assim, essas cinco economias dão indícios mais fortes da intenção de propor medidas práticas mais efetivas.

Aponte e Mello (2014) argumentam que a criação do Banco dos BRICS expressa uma reconfiguração da distribuição de poder no sistema internacional, marcando a introdução de potências emergentes na dinâmica da nova fase de financeirização do sistema capitalista mundial. Nas negociações dessa fase predomina uma busca de regulamentação do sistema financeiro internacional favorável aos interesses de cada parte. O ponto contraditório está na declaração do presidente russo Vladimir Putin de que o acordo visa superar a hegemonia da moeda americana no sistema monetário internacional, porém o aporte de cada país membro, os empréstimos e sua remuneração serão todos dados em dólar.

Contrariando as ideias anteriores, Tautz (2014) critica a participação de um número reduzido de organizações da sociedade civil e de membros da academia no debate de questões importantes para os rumos do Brasil, como é a criação desse banco. Essa condição acentua o distanciamento entre a sociedade e as decisões que serão tomadas sobre a atuação do banco. Outro ponto é o acerto do aporte de cada país, porque contribui para estreitar interesses de grupos políticos e econômicos e assim manter as relações privilegiadas nas agências e bancos de desenvolvimento dos seus respectivos países.

O autor argumenta que a criação do banco deve ser vista não só na esfera econômica, mas também no espaço político aberto pela fragilidade conjuntural dos EUA e da Europa perante as crises. Na mais recente delas, em 2008/09, as economias emergentes conseguiram se recuperar mais rapidamente do que os dois gigantes. Nesse contexto, é necessário dar atenção à oportunidade e à decisão dos BRICS instituírem um novo banco de desenvolvimento. No entanto, é preciso existir a intervenção articulada da sociedade civil para garantir que o banco se fundamente em critérios de democracia no mundo das finanças como informação pública e transparência, critérios internacionais de controle e *accountability*, discussão com os grupos que serão direta ou indiretamente

impactados pelas decisões e adoção de regras internacionais contra violações de direitos humanos.

Assim, o autor conclui e deixa a ressalva de que no caso do banco dos BRICS, a ausência de acesso público aos documentos sobre as negociações oficiais sugere que há necessidade de ação da sociedade sobre essa poderosa instituição. Afinal, se uma das razões para a criação do banco é a baixa legitimidade do Banco Mundial e do FMI, a nova instituição precisa ser legítima e contar com critérios democráticos sobre a utilização de recursos públicos.

Deste modo, a criação desse banco é questionável. O Brasil é o único país que apresentou queda na desigualdade recentemente e a China prioriza o crescimento econômico e, por diversas vezes, acaba violando os direitos humanos. Por isso existe uma preocupação de que os países foquem mais no crescimento, deixando de lado a redução das desigualdades sociais e o respeito pelos direitos humanos. Além disso, o Brasil atualmente não tem apresentando a estabilidade que requerem os investimentos de longo prazo. Apesar das taxas de juros mais baixas para tornar o crédito mais acessível, a possibilidade dos grandes empresários e pessoas mais próximas aos governantes serem os mais beneficiados é grande e preocupante por atentar contra a democracia, já que a prática de crédito barato pode manter pessoas no poder, e os projetos podem não ser os melhores para o meio ambiente. É necessário, portanto, agir com cautela para que esse banco não seja mais um no sistema financeiro mundial

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de crescimento econômico deve ser uma das prioridades do governo, no entanto incorporar uma melhor distribuição de renda deve ser o fator central para por fim aos problemas da pobreza e suas consequências, tornando possível o crescimento sustentável. Este trabalho procurou avaliar o crescimento econômico e desigualdade de renda no Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul a partir da década de 60.

Apesar da escassez de dados sobre desigualdade, com os dados disponíveis e as literaturas sobre o assunto, foi possível avaliar a evolução desses dois fatores para os países selecionados. O Brasil apresentou elevadas taxas de crescimento até a década de 80. Nesta década houve alta inflação e desequilíbrios internos e externos, prejudicando o crescimento e agravando a desigualdade de renda. A reversão desse quadro de desigualdade com os programas sociais, melhorias no capital humano e crescimento mais rápido da renda dos mais pobres encontra-se em meados dos anos 2000. Vale ressaltar que o Brasil foi o único dos cinco países que apresentou uma queda significativa recente da desigualdade.

A Rússia apresenta uma trajetória oscilante. A transição, após o colapso da União Soviética, em 1991, gerou hiperinflação e esgotamento industrial causando crises econômica e social. Em 1995, o aumento do preço do petróleo, valorização da moeda e entrada de divisas alterou positivamente esse quadro. No entanto, a nova crise de 1998 devastou esses indicadores e somente o crescimento econômico reagiu rapidamente por conta da desvalorização da taxa de câmbio, queda da taxa de juros, aumento dos salários reais e alto nível de investimento.

Índia, China e África do Sul passaram por reformas institucionais que impulsionaram o crescimento econômico de cada país, porém acompanhando de taxas ascendentes de desigualdade. Os três países têm como fatores comuns que incentivaram o crescimento a liberalização econômica, a entrada de capital estrangeiro e aumento da produtividade. O crescimento substancial da China é explicado também por grandes investimentos em habitação, infraestrutura, tecnologia e capital humano, desenvolvimento de indústrias leves e regime cambial rígido.

O crescimento econômico desses países foi o ponto central para a criação do acrônimo BRICS. As projeções feitas pela Goldman Sachs previam que em 2050 esse grupo de países seria maior que o G6. Porém, para que isso seja possível, os BRICS têm, necessariamente, que manter um contexto macroeconômico estável, instituições políticas fortes e estáveis, abertura comercial e educação de qualidade para todos. Outros desafios que essas economias emergentes podem enfrentar é a desaceleração da taxa de progresso tecnológico, protecionismo e limitações de recursos naturais.

Mesmo com tantos desafios, esses países têm focado nas oportunidades que essa relação entre eles pode trazer. A cooperação entre eles tem se tornando cada vez mais forte e recentemente foi acertada a criação do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS que tem o objetivo de mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Além disso, o Plano de Ação que ficou acordado na VI Cúpula dos BRICS também tem como foco o crescimento equilibrado e ficou proposto que para atingir tal objetivo é necessário a promoção de inovação e tecnologia, implementação de um processo governamental inclusivo, transparente e participativo, investimento em educação equitativa, inclusiva e de qualidade, entre outros.

O Banco do BRICS, no entanto, não é unanimidade. Ao mesmo tempo que expressa uma reconfiguração da distribuição de poder no sistema internacional, existe um lado mais preocupante com a prioridade real no banco, que pode focar mais no crescimento e esquecer do comprometimento com a redução das desigualdades sociais. Outro fator a se considerar, é quem será beneficiado com os empréstimos do banco, se será realmente a sociedade ou um estrito grupo de grandes empresários. Além disso, se o banco não cumprir com o que foi acordado de fato e não seguir com respeito ao desenvolvimento social e democrático, existe a possibilidade dele se tornar apenas mais um complemento do sistema financeiro internacional.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, A. **The political economy of the Kuznets curve.** *Review of Development Economics*, v. 6, n. 2, p. 183-203, 2002.

Acordo do Novo Banco de Desenvolvimento. Disponível em: http://brics6.itamaraty.gov.br/pt_br/acordos. Acessado em: 14.11.2014.

AHLUWALIA, M. S. **Income distribution and development: some stylized facts.** *American Economic Review*. V.66, p. 128-153, 1976.

ALESINA, A.; RODRIK, D. **Distributive politics and economic growth.** *Quarterly Journal of Economics*. N. 109, p. 465-490, 1994.

APONTE, J. e MELLO, R. **A inserção do Brasil enquanto país emergente: análise do Banco de Desenvolvimento do BRICS à luz da Teoria da Dependência.** 2º Seminário de Relações Internacionais: graduação e pós-graduação. Os BRICS e as transformações na ordem global. 2014.

ARRAES, M. C. **Acordo Contingente de Reservas entre países BRICS.** *Revista de Conjuntura do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal, Brasília*, v. 14, n. 53, p.12-14, maio/agosto de 2014.

BAGOLIN, I. P; GABE, J.; RIBEIRO, E.P. **Crescimento e desigualdade no Rio Grande do Sul: uma revisão da Curva de Kuznets para os municípios gaúchos (1970-1991).** Anais do XXX Encontro Nacional de Economia – ANPEC, Nova Friburgo. 2002.

BARROS, L.; GOMES, F. **Desigualdade e desenvolvimento: A hipótese de Kuznets é válida para os municípios brasileiros?** *Revista Análise Econômica*, v. 26, n.50, p. 57–81, 2008.

BHORAT, H. E VAN DER WESTHUIZEN, C. **Economic growth, poverty and inequality in South Africa: the first decade of democracy.** *University of Cape Town (Development Policy Research Unit)*, 2008.

BELL, H. **Status of the ‘BRICS’: an analysis of growth factors.** *International Research Journal of Finance and Economics*, n. 69, 2011.

CHAN, K. E KULKARKI, K. **A test of the Kuznets Inverted U hypothesis: income inequality behind the rapid economic growth in China.** 2006. Disponível em: http://www.kulkarnibooks.com/assets/downloads/kishore_papers/chinapaper_wi_th_sharon_kit_chan.pdf. Acessado em 16.10.2014.

COELHO, G. **Os determinantes da distribuição da renda brasileira no Plano Real no período de 1994 a 2002.** *Revista Mackenzie*, v. 4, n. 1(6), jan-jun 2007.

COMMANDER, S.; TOLSTOPIANTENKO, A. E YEMTSOV, R. **Channels of redistribution: inequality and poverty in the Russian Transition.** William Davidson Institute Working Paper n. 42, Maio 1997.

DEATON, A.; DREZE, J. **Poverty and inequality in India: A re-examination.** *Economic and Political Weekly*, v. 37, n. 36, p. 3729-3748, 2002.

Declaração e Plano de Ação de Fortaleza. Disponível em: http://brics6.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/224-vi-cupula-declaracao-e-plano-de-acao-de-fortaleza. Acessado em: 14.11.2014.

FAN, C.; OVERLAND, J.; SPAGAT, M. **Human capital, growth and inequality in Russia.** *Journal of Comparative Economic*, v. 27, n. 4, p. 618-643, 1999.

FARIAS, T.; SANTOS, W.; SILVA, A.; MATOS, D.; MOURA, F. **A teoria do U Invertido: um teste empírico da hipótese de Kuznets para a relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda no Brasil (1976-2007).** *Revista de Economia Mackenzie*, v. 8, n. 1, p. 26-51. São Paulo: Mackenzie, 2010.

FERNANDES, A. **Distribuição de renda e crescimento econômico: uma análise do caso brasileiro.** Brasília: Senado Federal, Consultoria Legislativa. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/153>. Acessado em 29.10.2014.

FERRARI FILHO, F. e DE PAULA, L.F. **Liberalização financeira e performance econômica: a experiência recente do BRIC.** 2006. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/bric>. Acessado em: 14.11.2014.

FIELDING, D. **Why is Africa so poor? A structural model of economic development and income inequality.** *The Centre for the Study of African Economies*. Working Paper Series: 143, 2001.

FIGUEIREDO, E. A.; SILVA JUNIOR, J. C. A.; JACINTO, P. A. **A hipótese de Kuznets para os municípios brasileiros: testes para as formas funcionais e estimações não paramétricas.** Brasília: *EconomiA*, v. 12, n. 1, p. 149-165, 2011.

FLEISHER, B.; LI, H. E ZHAO, M. **Human capital, economic growth, and regional inequality in China.** Iza Discussion Paper n. 2703, 2007.

GALBRAITH, J.; KRYTYNSKAIA, L; WANG, Q. **The Experience of Rising Inequality in Russia and China during the Transition.** *UTIP Working Paper*, n. 23, 2003.

GALOR, O.; TSIDDON, D. **Income distribution and growth: the Kuznets hypothesis revisited.** *Economica*, v. 63, n. 250, p. 103-117, 1996.

GANDRA, R. **O debate sobre a desigualdade de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico nos anos 90.** Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GEHRING, K. E KULKARNI, K. **Economic growth and income inequality in India.** 2006. Disponível em: http://www.kulkarnibooks.com/assets/downloads/kishore_papers/Growth_and_Inequality_in_India_with_keith.pdf. Acessado em 16.10.2014.

GOSH, M. **Regional economic growth and inequality in India during the pre- and post-reform periods.** *Oxford Development Studies*, v. 40, n. 2, p. 190-212, 2012.

HAWKSWORTH, J. e CHAN, D. **World in 2050. The BRICs and beyond: prospects, challenges and opportunities.** PwC Economics, 2013. Disponível em: http://www.pwc.com/en_GX/gx/world-2050/assets/pwc-world-in-2050-report-january-2013.pdf. Acessado em: 14.11.2014.

HOOGEVEEN, J and ÖZLER, B. **Not separate, not equal: poverty and inequality in post-apartheid South Africa.** William Davidson Institute Working Paper Number 739. January 2005.

IPEA. **A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda.** Comunicados do IPEA, n.155, 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf. Acessado em: 10.10.2014.

JACINTO, P. A.; TEJADA, C. A. **Desigualdade de renda e Crescimento econômico nos municípios da Região Nordeste do Brasil: O que os dados têm a dizer?** *Revista Econômica do Nordeste*, v. 40, n. 01, p 61-79, 2009.

JONES, D.; LI, C. E OWEN, A. **Growth and regional inequality in China during the reform era.** William Davidson Working paper n. 561, 2003.

KUZNETS, S. **Economic growth and income inequality.** *The American Economic Review*, v. 45, n.1, p. 1-28, 1955.

LEIBBRANDT, M.; WOOLARD, I.; FINN, A. e ARGENT, J. **Trends in South African Income distribution and poverty since the fall of Apartheid.** *OECD Social, Employment and Migration Working Papers*, N. 101, 2010.

MEDEIROS, M.; SOUZA, P.H. E CASTRO, F. **O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012.** Agosto de 2014. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2479685>. Acessado em 30.10.2014.

MENDES, M. J. **Desigualdade e Crescimento: uma revisão de literatura.** Núcleo de Estudos e pesquisas/CONLEG/Senado. 2013 (Texto para Discussão nº 131).

MENG,X.; GREGORY, R.; WANG, Y. **Poverty, inequality and growth in Urban China, 1986-2000.** IZA Discussion paper series n. 1452, 2005.

MILANOVIC, B. **Global income inequality by the numbers: in history and now.** The World Bank Development Research Group, *Policy Research Working Paper*, n. 6259, 2012.

MOREIRA JÚNIOR, H. e FIGUEIRA, M.S. **O Banco dos BRICS e os cenários de recomposição da ordem internacional.** *Boletim Meridiano* 47, v. 15, n. 142, p. 54-62, 2014.

MOREIRA, R.; BRAGA, M. E TOYOSHIMA, S. **Crescimento e desigualdade: prosperidade versus armadilhas da pobreza no desenvolvimento econômico dos estados brasileiros.** *Revista Economia*, Brasília, v. 11, n.4, p. 133-162, dez. 2010.

NASSIF, A. **A economia indiana no período 1950-2004 – Da estagnação ao crescimento acelerado: lições para o Brasil?** Rio de Janeiro: BNDES, 2006. (Texto para discussão n. 107).

NATTRASS, N; SEEKINGS, J. **“Two Nations”? Race and economic inequality in South Africa today.** *Daedalus*, v. 130, n.1, p. 45-70, 2001.

PLESSIS, S. E SMIT, B. **Economic growth in South Africa since 1994.** *Stellenbosch Economic Working Paper* n. 1, 2006.

RAMOS, L. **Interpretando variações nos índices de desigualdade de Theil.** *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, IPEA, v. 20, n. 3, p. 479-488, dez.1990a.

RAMOS, L. **Desigualdade de renda e crescimento econômico no Brasil: 1976-1985.** *Revista de Econometria*, v.10, n.2, p. 181-193, 1990b.

REHME, G. **Education, Economic Growth and Measured Income Inequality.** *Economica*, v. 74, n. 295, p. 493-514, 2007.

RODRIK, D. **Understanding South Africa's economic puzzles.** London: Centre for Economic Policy Research, 2006. (CEPR Discussion Paper, n. 5907).

SAINT-PAUL, G.; VERDIER, T. **Education, democracy and growth.** *Journal of Development Economics*, v. 42, p. 399-407, 1993.

SALVATO, M. A.; ALVARENGA, P.S.; FRANÇA, C.S; ARAUJO JR, A.F. **Crescimento e Desigualdade: evidências da curva de Kuznets para os municípios de Minas Gerais.** Ibmec MG Working Paper n. 33, 2006.

SHEVIAKOV, A.Y.; KIRUTA, A.Y. **Economic inequality, standards of living, and poverty in Russia: measurement and causal dependencies.** *Economic Education and Research Consortium*. 2001.

SINGH, N.; BHANDARI, L; CHEN, A; KHARE, A. **Regional inequality in India: A fresh look.** *Economic and Political Weekly*, v. 38, n. 11, p. 1069-1073, 2003.

TAQUES, F.; MAZZUTTI, C. **Curva de kuznets: mensuração do impacto do crescimento econômico sobre a desigualdade de renda para os estados Brasileiros (1995-2005).** XIV Encontro Regional de Economia do Nordeste, 2009.

TAUTZ, C. **Banco dos BRICS, aprofundamento do modelo econômico e adesão ao sistema financeiro internacional.** *Revista Tensões Mundiais*, v. 10, n. 18,19, p. 467-474, 2014.

TENNITZ, A. **O gigante de 50 bilhões de dólares.** *Revista Rumos*, v. 35, n 276, p. 28-34, Julho/Agosto 2014.

VI Cúpula do BRICS – Ministério das Relações Exteriores. Disponível em:

http://brics6.itamaraty.gov.br/pt_br/. Acessado em: 14.11.2014.

VIEIRA, F. E HOLLAND, M. **Crescimento econômico e liquidez externa no Brasil após 1970.** XXXV Encontro Nacional de Economia – ANPEC 2007. Área 5 – Crescimento, Desenvolvimento Econômico e Instituições.

VIEIRA, F e VERÍSSIMO, M. **Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil Rússia, Índia, China (BRIC) E África do Sul.** *Economia e Sociedade*, v. 18, n. 3 (37), p. 513-546, 2009.

VOROBYSOV, A.; ZHUKOV, S. **Russia: Globalization, structural shifts and inequality.** *Center for Economic Policy Analysis Working Paper Series*, v. 1, n. 19, 2000.

VOSKOBOYNIKOV, I. **Economic growth in Russia a comparative perspective.** University of Groningen. 2014.

WILSON, D. e PURUSHOTHAMAN, R. **Dreaming with BRICs: the path to 2050.** *Goldman Sachs Financial Workbench, Global Economics Paper*, n. 99, 2003.

WU, X. e PERLOFF, J. **China's income distribution.** *The Review of Economics and Statistics*, v. 87, n. 4, p. 763-775, 2005.

YOUNG, D. E KATHURIA, V. **Economic growth and regional inequality in India.** 2009. Disponível em:
<http://www.montana.edu/econ/seminar/Archive/djyoungtrendsopen.pdf>.
Acessado em 16.10.2014.